

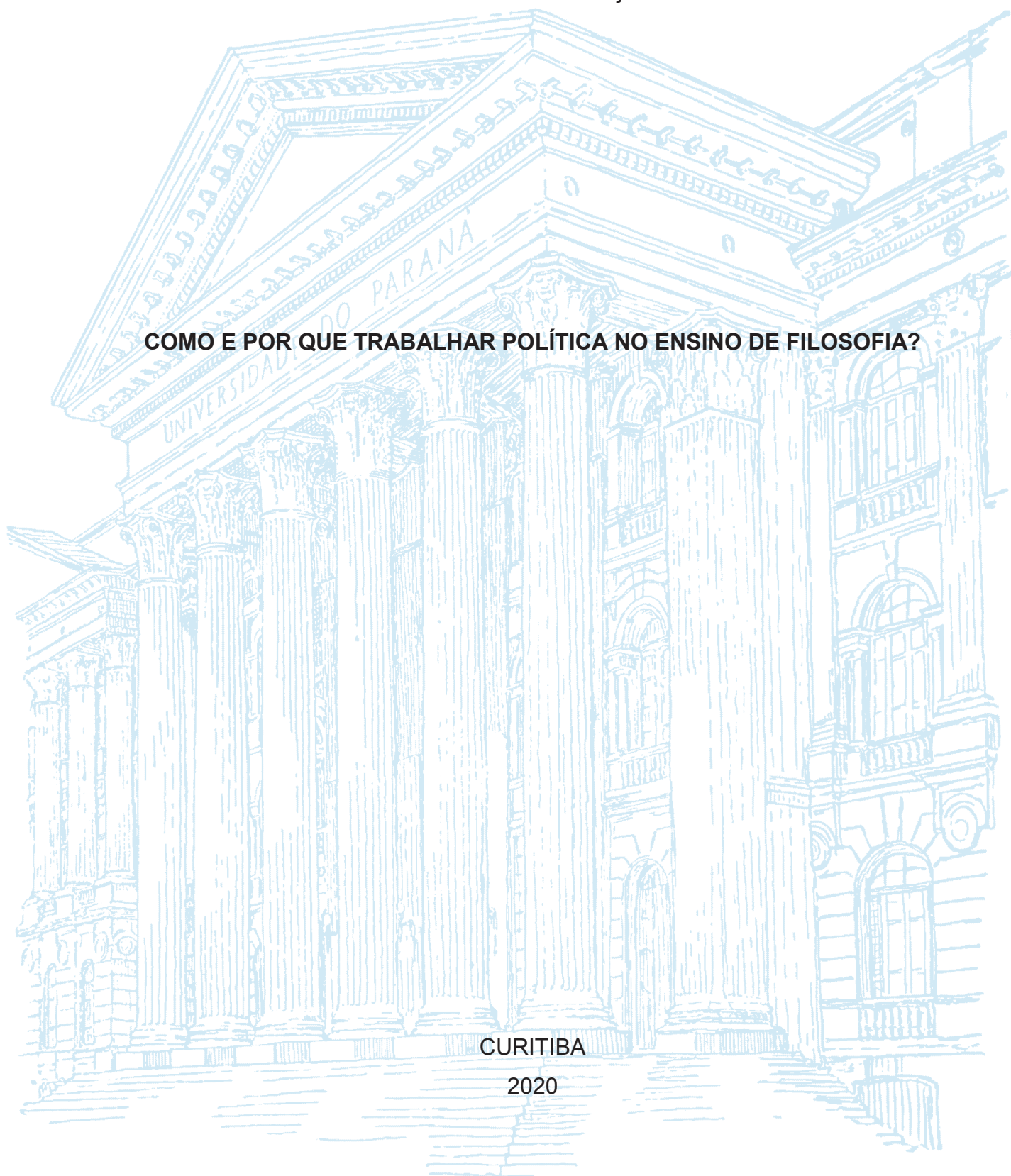
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IGOR RUAN DIAS GONÇALVES

COMO E POR QUE TRABALHAR POLÍTICA NO ENSINO DE FILOSOFIA?

CURITIBA

2020



IGOR RUAN DIAS GONÇAVES

COMO E POR QUE TRABALHAR POLÍTICA NO ENSINO DE FILOSOFIA?

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Filosofia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Filosofia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Délcio Junkes

CURITIBA

2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCACAO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO -
40001016206E1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Trabalho de Conclusão de Especialização de **IGOR RUAN DIAS GONÇALVES**, intitulada: **COMO E POR QUE TRABALHAR POLÍTICA NO ENSINO DE FILOSOFIA?**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 12 de Dezembro de 2019.

DÉLCIO JUNKES
Presidente da Banca Examinadora

MÁRCIO JAREK
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO
PARANÁ)

DOUGLAS HENRIQUE ANTUNES LOPES
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL
UNINTER)

RESUMO

O presente trabalho refere-se ao ensino de filosofia política com relação à sua necessidade social e democrática, suas metodologias e a possibilidade de esclarecimento das pessoas. Nosso objetivo é demonstrar como e por que se faz necessário esse tipo de trabalho da educação, sobretudo as contribuições filosóficas, ressaltando os problemas que temos que enfrentar e demonstrando como específicas metodologias podem ser eficazes no foco do desenvolvimento da razão humana. Além disso, será realizando uma abordagem conceitual e explicativa sobre como se dá o processo que interliga a educação com a política por meio do esclarecimento, autonomia e emancipação. Para isso buscou-se referenciais do território da filosofia e do seu ensino que pudessem contribuir para o desenvolvimento do tema do trabalho, realizando as devidas considerações sobre o exposto, e as ressalvas necessárias, dentro da perspectiva que se objetiva. As metodologias do ensino em filosofia política, que tratamos aqui, são referentes e voltadas às possibilidades do uso da razão, de modo que o filosofar dos alunos lhes confira seguir um caminho de esclarecer suas mentes, tanto sobre os aspectos que envolvem a política quanto a noção própria condição humana. Ao final, se espera que as conclusões acerca do tema possam contribuir para uma objetivação do ideal de uma democracia com maior clareza e autonomia, participação e equilíbrio com o uso da razão.

Palavras-chave: Ensino de filosofia. Política. Esclarecimento.

ABSTRACT

The present work refers to the teaching of political philosophy regarding its social and democratic necessity, its methodologies and the possibility of enlightening people. Our goal is to demonstrate how and why this kind of educational work is needed, especially as philosophical contributions, to resurrect the problems we have to face and to demonstrate how specific methods can be used without focusing on the development of human reason. In addition, a conceptual and explanatory approach will be taken on how to link the process of linking education with policy through enlightenment, autonomy and emancipation. To this end, it seeks to reference the territory of philosophy and teaches what can contribute to the development of the theme of the work, making as due considerations about the above, and as applicable caveats, within the perspective that is objected. How the teaching methodologies of political philosophy, which are dealt with here, are related to and focused on the possibilities of reason, mode, or philosophizing of students who hear a path of clarifying their minds, both about the aspects that involve a policy as well as the notion human condition itself. In the final, hope that the conclusions on the subject can contribute to a goal of ideal democracy with greater clarity and autonomy, participation and balance with the use of reason.

Keywords: Teaching of philosophy. Politics. Clarification.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	O CONCEITO DE POLÍTICA E A RELAÇÃO COM A BARBÁRIE	12
3	ESCLARECIMENTO: EDUCAÇÃO, POLÍTICA E MAIORIDADE	21
4	EDUCAÇÃO E CURRÍCULO DE FILOSOFIA	33
5	O PROFESSOR E METODOLOGIAS DE ENSINO	41
6	APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: UMA SOCIEDADE MAIS ESCLARECIDA	48
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

Na disciplina de Filosofia, em seus conteúdos programáticos, existem temas que fazem parte do conhecimento filosófico e que devem ser trabalhados em sala de aula. Uma dessas áreas da filosofia é a política, que utilizaremos como tema de nossa dissertação, enunciada como “Ensino de Filosofia e Política”. A justificativa para isso é que, a política além de tema da filosofia, também está presente nas relações humanas, cotidianamente. Quando bem trabalhada em uma disciplina escolar, no ensino de filosofia, é possível que tiremos desse aprendizado um estímulo para uma participação mais ativa dos alunos na política em que toda sociedade está imersa. A Filosofia Política é a área da Filosofia que trata desse assunto, e que nas escolas aborda a política no viés do ensino e da formação, como declara PARANÁ (2008, pg. 58): “No Ensino Médio, a Filosofia Política, por meio dos textos filosóficos, tem por objetivo problematizar conceitos como cidadania, democracia, soberania, justiça, igualdade e liberdade, dentre outros, de maneira a preparar o estudante para uma ação política consciente e efetiva”.

É importante ressaltar que muitos jovens, ainda na fase escolar, são eleitores, e a eleição de representantes políticos é uma questão de responsabilidade, que precisa de um conhecimento prévio do que a política significa e qual sua importância na vida das pessoas, bem como de todo conjunto social. A forma didática deste ensino é o que nos chama atenção, e procuramos trazer ao proposto trabalho o apontamento de um melhor caminho para a promoção desse tipo de aprendizagem, pautado no mais amplo conhecimento, de modo a contemplar as diferentes concepções de pensamento, e obtendo o respeito necessário para que ocorra a compreensão de todos. Também, consideramos que é possível trabalhar a questão política em sala de aula sem descumprir com os programas curriculares, neste caso, cabe à preparação do professor conseguir desempenhar essa tarefa. Para isso, é preciso desenvolver alguns aspectos relevantes sobre a formação do professor de filosofia.

O trabalho buscará respostas e um melhor entendimento sobre algumas questões que remetem ao comportamento dos indivíduos da sociedade: com enfoque na questão da barbárie e da emancipação. Buscamos saber, a partir da literatura, todos os aspectos que contemplam a questão do “ensino de política” na disciplina de filosofia no Ensino Médio das escolas, com ênfase e recorte no Estado

do Paraná; isso se dá sobre uma reflexão sobre a normatividade que estrutura a disciplina até a transmissibilidade, ou seja, o ensino e aprendizagem deste assunto nas salas de aula, que segundo o que diz PARANÁ (2008, p.49):

Um dos objetivos do Ensino Médio é a formação pluridimensional e democrática, capaz de oferecer aos estudantes a possibilidade de compreender a complexidade do mundo contemporâneo, suas múltiplas particularidades e especializações. Nesse mundo, que se manifesta quase sempre de forma fragmentada, o estudante não pode prescindir de um saber que opere por questionamentos, conceitos e categorias e que busque articular o espaço-temporal e sócio-histórico em que se dá o pensamento e a experiência humana.

O objetivo geral desta monografia é ressaltar a relevância da Filosofia Política na formação das pessoas, que se dá através do ensino, principalmente quando recorreremos a filósofos que apregoam a importância do esclarecimento e da emancipação por meio da educação. Contribuir para um ensino de filosofia mais intrínseco às questões dos alunos, bem como da sociedade, principalmente no desenvolvimento da política, através do ensino e da aprendizagem; além disso, temos como expectativa indicar algumas sugestões metodológicas para uma melhor e adequada aprendizagem filosófica no âmbito dos saberes sobre a política, identificando pontos que podem ser mais explorados ou melhorados no ensino de filosofia, visando um maior esclarecimento dos alunos sobre o assunto.

Na sociedade brasileira – e também mundial – se vive um momento delicado, pois em todos os setores percebe-se uma inquietação. Na política, na religião, nos meios educacionais, em algumas famílias, encontramos sinais de violência e agressividade, uma verdadeira barbárie na sociedade. Segundo Adorno (1995):

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização... tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir.

No entanto, para o filósofo Immanuel Kant (1999, p. 12), a educação tem um papel importante no “redirecionamento” dos indivíduos, pois é através do processo educativo que o ser humano poderá adquirir o fim de sua natureza, isto é, os seres humanos são indivíduos que requerem de cuidados, diferentemente dos demais animais, e por meio da disciplina é possível transformar a animalidade em humanidade. Através da disciplina contida na educação os homens poderão vencer as inclinações instintivas e alcançar o patamar da humanidade, ou seja, do comportamento ético. Além disso, a selvageria, já mencionada por Adorno, consiste na independência de qualquer lei nas palavras de Kant. A disciplina quanto mais cedo estiver presente na educação, melhor, segundo o critério de Kant, pois faz os indivíduos se voltarem às leis da organização social, e quando entramos nos domínios das leis que regem as sociedades é impossível não se pensar na política; pois “a Filosofia é filha da ágora e sua origem a vincula à política. Uma Filosofia sem compromissos com a humanidade e distante da política, seria por si só uma contradição insuperável” (PARANÁ, 2008, p.48).

Adorno (p. 169) nos diz que em uma democracia a exigência de emancipação é indispensável. Muito claramente ele expõe que “a democracia repousa na formação da vontade de cada um em particular”. No ensino de filosofia podemos pensar em como podemos exercitar essa vontade mencionada ao longo de nossas aulas, através de nossos currículos, aproveitando os textos clássicos, obedecendo aos programas da disciplina. Para Kant (2013, p.65) a conquista dessa vontade e a saída de sua menoridade só é possível através do esclarecimento, que requer liberdade para que se efetue. Daí a importância de termos uma educação de qualidade, que propicie para as pessoas esses elementos que o levam para sua emancipação ou maioridade.

O uso da razão, com esclarecimento e desenvolvimento seria bom para as instituições que integram as sociedades, que parecem estar em estado caótico. Na política, a ética precisa ser adquirida pela educação, que esclarece e condiciona o conjunto dentro das leis comuns. Mas para Hanna Arendt (2014, p. 225) a educação não tem efeito no cenário político, pois:

A educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados. Quem quer educar adultos na realidade pretende agir como guardião e impedi-los de atividade política. Como não se pode educar adultos, a palavra 'educação' soa mal em política; o que há é um simulacro de educação, enquanto que o objetivo real é a coerção sem o uso da força.

Assim, o afastamento dos mais velhos do cenário político é importante, pois a permanência pode trazer as consequências que vemos hoje no Brasil, o que induz dizer que o investimento deve ser realizado nos mais jovens, de que forma? Através de uma educação formatada para essa preparação, desde a infância, e que necessita também de bons profissionais que atuam no processo de ensinar, professores bem preparados para o desenvolvimento do eixo político no ensino de filosofia. Para Moraes, (2012, p. 193):

A escola pode assumir um papel decisivo na formação da opinião pública. A política e o direito devem estar a serviço dos interesses públicos, e não o contrário. A escola pode desmitificar, desvelar e esclarecer as coações e as manipulações ideológicas da ordem. É preciso formar educadores e educandos segundo os parâmetros de uma moral pós-convencional, isto é, baseado em princípios.

Para Franklin (2014, p. 54), na perspectiva platônica de política e educação, a afirmação está baseada no argumento de que é através da educação que se origina o caráter das pessoas, onde deixa claro: “a igualdade na educação de homens e mulheres formaria pessoas de caráter semelhante, podendo realizar as mesmas tarefas no governo”, mas para isso seria necessário a percepção de virtudes que se assemelham entre homens e mulheres.

E pensando no ensino filosófico para o ensino médio, na perspectiva da preparação política, nos chamam a atenção Franklin e Pinheiro (2010, p. 83 e 91):

Será por meio de seu estudo que a Filosofia no Ensino Médio adquirirá um status importante na formação de jovens cidadãos, pois esses mesmos conhecerão e compreenderão os aspectos determinantes da cidadania. (...) Precisamos proporcionar ao jovem a possibilidade de construção de seu caráter a partir de múltiplas escolhas, bem como da responsabilidade por todas essas escolhas.

Que elas não sejam revolucionárias porque é a idade das contestações, que elas não sejam intimidatórias porque é a idade dos desafios.

Tais reflexões nos conduzem ao pensar sobre os métodos de ensino empregados na tarefa do esclarecimento e da formação da ideia política nos estabelecimentos de ensino, na disciplina de filosofia, na sociedade e na qualidade da educação de nosso tempo. Para isso, faremos uma análise da disciplina de Filosofia nas escolas, com olhar voltado ao assunto Política, isto é, a Filosofia Política – sua estrutura legislativa e curricular, metodologias, a formação dos professores, e seus efeitos – buscando chegar à questão do esclarecimento e da emancipação por meio da filosofia e da política.

2 O CONCEITO DE POLÍTICA E A RELAÇÃO COM A BARBÁRIE

O termo surge na antiguidade, do grego πολιτικός (*politikos*) e significa o grupo que integra a polis (cidade), mas que pode adquirir diferentes sentidos nas expressões do nosso dia a dia, como quando nos referimos que alguém é intransigente e precisa ser mais político; quando nos referimos às políticas educacionais ou de uma empresa; ou ainda um sentido pejorativo que está relacionado aos interesses particulares sobre os coletivos, ligados à corrupção e violência (Aranha & Martins, 2009, p.267). Porém, o tratado da política de forma geral é algo complicado, devido a sua dimensão ser muito ampla e relevar muitos fatores, o que só aumenta a necessidade de se desenvolver o assunto nas escolas com os alunos e fazer as definições corretas, uma vez que a confusão entre um significado e outro pode ser facilitado.

Segundo Abbagnano (2012, p.901), política designa “1º a doutrina do direito e da moral; 2º a teoria do Estado; 3º a arte ou a ciência do governo; 4º o estudo dos comportamentos intersubjetivos”. Nosso objeto de análise nesta monografia será sobre o papel dos indivíduos na condução e manutenção da sociedade, além dos fatores morais que implicam a conduta daqueles que se autodenominam como os praticantes de políticas, os “políticos”. Do contrário, como nos expõem Abrão (1999, p.22), “já no período homérico, a ideia de rei divino desaparece, cedendo espaço para que a política e o governo se tornem cada vez mais um assunto e uma atividade essencialmente humanos. (O homem seria definido, mais tarde, por Aristóteles, como *zoón politikón*, isto é, animal político)”. Mesmo assim, para além da definição do conceito política, posteriormente surge, através do trabalho da atividade filosófica, o conceito de Filosofia Política, que, para Abbagnano (2012, p. 905) significa “parte da filosofia que tem como objeto específico de indagação o âmbito dos fenômenos políticos”, além disso, também especifica quatro acepções principais sobre esta definição:

- 1) A filosofia política como busca da melhor forma de governo, ou seja como determinação da república ótima; 2) a filosofia política como identificação do fundamento último do poder, ou seja, como determinação do critério de legitimidade da obrigação política; 3) a filosofia política, como explicitação do conceito geral de política, ou seja, como determinação da categoria do fenômeno político. 4) a

filosofia política como análise reflexa dos mapas linguísticos e conceituais da linguagem política, ou seja, como metodologia das ciências da política.

Seguindo a linha em que nos propomos aqui, queremos explicitar o sentido da política que temos como referência conceitual, a política que se pratica no âmbito das diligências nacionais, e a necessidade de se aprender sobre suas distinções, por meio da educação e do esclarecimento. Para tanto, é preciso ainda, compreender que vivemos em uma sociedade em que se faz politicismo, cujo conceito é explicado por Abbagnano (2012, p. 906) como “a prevalência ou a excessiva importância que as exigências políticas às vezes assumem na vida moderna, em detrimento de outras exigências, como as científicas, artísticas, morais, religiosas, etc.”. Bastante clara é essa definição em nosso modelo estatal de democracia, pois todos os setores que a compõem estão subordinados à política e esse jogo, que é sim uma disputa de poderes e interesses, chamado anteriormente por “politicagem”.

A essa atividade, por vezes relacionamos com a presença (ou ausência) da moralidade; mas qual seria sua relação com a atividade política e, a demonstração atitudinal de violência ou ética nesses espaços e momentos? Para CANTO-SPERBER (2013, p.808):

Se a política deve fugir ao julgamento de uma instância moral, isso aconteceria porque o critério que distingue a política da má política não é a conformidade com os critérios extrínsecos, ainda que estes fossem éticos, mas a adequação entre o objetivo visado e o efeito obtido: a política é julgada segundo seus resultados. Pouco importa que as intenções sejam boas ou os meios empregados irrepreensíveis, se a ação malogra: a moralidade não salva nem reabilita uma ação funesta. É o sucesso que legitima a ação política restrita a uma obrigação resultante. Assim, a política encontra em si mesma a sua justificação.

Contudo, não podemos descartar de forma tão rápida que a moral nada implique na condução das atividades políticas ou que influencie no curso do destino de toda sociedade. A forma como a política se dá, segundo ao modo como, isto é, a conduta dos realizadores da política, precisa ser cautelosamente tratada. Hanna

Arent (2014, p. 285) considera essa relação entre a moral e a política de forma mais aproximada:

A história do conflito entre moral e política é antiga e complexa, e nada seria ganho com simplificação ou denúncia moral. No transcurso da história, os que perseguem e os que contam a verdade tiveram consciência dos riscos de sua atividade; enquanto não interferiam no curso do mundo, eram cobertos de ridículo, porém aquele que forçasse seus concidadãos a levá-lo a sério, procurando pô-los a salvo da falsidade e ilusão, encontrava-se em perigo de vida (...)

Arendt toca em ponto que é bastante relevante para a realização da atividade política, sobretudo quando diz respeito às tomadas de decisões que implicam nos rumos da sociedade, ou seja, da vida das pessoas; esse ponto é o discurso empregado, que pode ser desenvolvido fazendo o uso da verdade ou da mentira, dependendo da intenção e dos resultados pretendidos. Adorno (1995, p.159) pensa que “a forma de que a ameaçadora barbárie se reveste atualmente é a de, em nome da autoridade, em nome de poderes estabelecidos, praticarem-se precisamente atos que anunciem, conforme sua própria configuração, a deformidade, o impulso destrutivo e a essência mutilada da maioria das pessoas”. Esse poder – político –, manifestado por meio de suas deliberações e seus discursos, podem fomentar progressos ou declínios da sociedade, bem como incitar ao ódio ou a pacificação e seu conforto, mediante atendimento de suas necessidades; como diz CANTO-SPERBER (2013, p.809) “Se é a eficácia e não a moralidade que dita o julgamento sobre uma política, é porque a política obedece a uma necessidade superior: a saúde da sociedade”.

Contudo, nem todos pensam assim. Para Hume (1999, p. 218), o entendimento sobre a política e a conduta daqueles que a praticam tem uma relação, no tocante da moralidade, um pouco mais aproximada e crítica, como coloca:

Quando um homem pertence a um partido, é capaz, sem vergonha ou remorso, de desprezar todos os liames da honra e da moral para servir à sua facção; apesar disso, quando um partido se constitui com base num ponto de direito ou de princípio, nenhuma outra

circunstância permite aos homens dar mostras de maior firmeza e mais sólido sentido da justiça e da equidade. É a mesma predisposição social dos homens que dá origem a estas manifestações contraditórias.

Assim, podemos introduzir aqui a questão da corrupção dos humanos, muito visível quando falamos em política, veículo que potencializa as “fraquezas” dos indivíduos, isto é, a falta de esclarecimento para o cumprimento do seu real dever no cargo que exerce, de representatividade e/ou de legislador. E isso seria justamente o que nós precisamos evitar ao máximo possível de se desenvolver nos espaços políticos da sociedade, bem como preparar as crianças e os jovens para não adentrarem nesse esquema que parece ser tão comum, mas que pode ser muito nocivo ao bem estar social. De fato, como diz CANTO-SPERBER (2013, p.810) “anterior a todo raciocínio político e enraizada no coração dos indivíduos e dos povos, existe uma exigência ética”, e esse sentimento que parece ser tão automático em nós, é o desejo íntimo de se viver em uma realidade melhor, que, demanda de uma postura além desse degrau racional, alçando a um patamar mais concreto, isto é, atitudinal, atitude política e social. Vale ressaltar aqui a concepção de Platão (1999, p. 7):

A democracia ateniense era, na verdade, uma forma atenuada de oligarquia (governo dos *oligoí*, de poucos), já que somente aquela pequena parcela da população – os “cidadãos” – usufruía dos privilégios da igualdade perante a lei e do direito de falar em debates da Assembléia (*isegoria*). As decisões políticas estavam, porém, na dependência de interferências ainda mais restritas, pois na própria Assembléia nem todos tinham os mesmos recursos de atuação.

Para a referida atuação e participação política, nos chama atenção Platão, é importante pensarmos na relação com a formação das pessoas, sobretudo das crianças e jovens, que falaremos mais adiante. Novamente, CANTO-SPERBER (p. 812) nos lembra de que “segundo o princípio republicano, o homem político é antes de tudo um cidadão como os outros, mas é um cidadão investido de um mandato ou exercendo uma função que lhe é imposta por deveres diferentes daqueles dos cidadãos comuns”, o que não deve nos induzir que os políticos construam uma casta

à parte da massa de cidadãos, porque disso derivaria um fortalecimento de sua exclusividade, a restrição e concentração de poder. Morais (2012, p. 192) considera que “para um país que se diz “democrático”, muito deve ser revisto. O conceito de democracia requer uma compreensão de esfera pública (*Öffentlichkeit*) representativa do mundo da vida, e não deve ser entendida como representatividade dos interesses burgueses privados”.

Quando esses interesses, que geralmente estão envoltos pelo ensejo de poder, de dominação e controle, surge na atividade política suas contaminações imorais, das quais a corrupção é uma delas, na negligência do dever em detrimento dos ganhos restritos, por relações que passam a ser de conveniência, um verdadeiro jogo. Mas esse cenário também evoca uma situação de disputa, pois forças opostas podem - e frequentemente ocorre – geram embates, uma vez que ambos os lados, tentam neutralizar e atrapalhar suas ações. É comum que hoje em dia, essas disputas, mesmo em suas polarizações, se deem em torno do troféu do poder, longe porém, do desejo de progresso da sociedade. Para CANTO-SPERBER (p. 811) “A conduta ordinária da política não é provavelmente mais moral que no passado, mas a novidade é que a tese que queria que a política escapasse das regras morais é cada vez menos aceita. A dimensão ética está cada vez mais presente na vida política, que devido ao viés de problemas novos ou à questão da opinião pública”. E parece ser integrante, cada vez mais, que uma selvageria humana é parte da conduta dos representantes políticos.

Kant (1999, p.13) ressalta que “a selvageria consiste na independência de qualquer lei. A disciplina submete o homem às leis da humanidade e começa a fazê-lo sentir a força das próprias leis. Mas isso deve acontecer bem cedo”, e mais uma vez o que ele nos coloca remete à educação que todos precisamos ter. Mas ainda sobre as características da conduta dos políticos, Arendt (2014, p.283) nos fala que “jamais alguém pôs em dúvida que verdade e política não se dão muito bem uma com a outra, e até hoje ninguém, que eu saiba, incluiu entre as virtudes políticas a sinceridade (...) sempre se consideraram as mentiras como ferramentas necessárias e justificáveis ao ofício não só do político ou do demagogo, como também, do estadista”.

Mentiras e atitudes efusivas são “normais” e observáveis nos encontros parlamentares de nossos representantes políticos, principalmente aqueles que se portam como legisladores. Mas tal comportamento nos faz pensar que pode haver

algo de estranho e errado com esses comportamentos, que notáveis, são grosseiros. Arendt (p.284) comenta ainda que “as mentiras, visto serem amiúde utilizadas como substitutos de meios mais violentos, podem ser consideradas como instrumento relativamente inofensivos no arsenal da ação política”. Esse emprego de mentiras como artifício presente nos discursos daqueles que representam o povo e disputam o poder, além de sua relativa agressividade já mencionada, caracterizam o que classificamos aqui como barbárie, que Adorno (1995, p.155) define:

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização – e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza.

Com sua exposição, pensamos que o ser humano, agora não mais apenas os ditos políticos, necessitam de uma formação, isto é, uma educação que seja apropriada para afasta-los dessa condição negativa, substituindo-a por uma que os encaminhe à posturas mais éticas, conscientes e participativas, comprometida para o bem comum; “a natureza humana será sempre melhor desenvolvida e aprimorada pela educação, e que é possível chegar a dar àquela forma, a qual em verdade convém à humanidade. Isso abre a perspectiva para uma futura felicidade da espécie humana” (Kant, 1999, p.16). Para entendermos a relação existente entre a política e a notória barbárie comentada, na execução da própria atividade política, empregamos o termo da Deontologia (política) que CANTO-SPERBER (p.812) desenvolve:

Para tentar circunscrever uma deontologia política, avancemos então a hipótese de eu, ela se dirige aos homens que vivem da política, que são considerados como se vivessem para a política, ou seja, em conformidade com os princípios inspirar o cidadão de uma República. Montesquieu vem naturalmente à mente: “Falo aqui da virtude

política, que é a virtude moral no sentido em que se dirige ao bem geral, muito pouco das virtudes morais particulares, e praticamente nada dessa virtude relacionada com as verdades reveladas”. Essa virtude, que exige “uma preferência contínua do interesse público pelo seu próprio interesse”, define a ética republicana e fornece nela uma referência para o homem político, mas a deontologia se situa em um outro plano completamente diferente.

No espectro político, não há como separar a intenção e moralidade dos indivíduos que a fazem acontecer. Um legislador precisa aspirar bons sentimentos de progresso, e ter o desejo de contribuir para o bem do coletivo que representa, ainda que possa fazer – e fazem – o contrário disso. Por isso, o uso da oratória, do seu discurso, é fundamental para a condução do processo e das decisões que são tomadas em pleito de discussão, nas assembleias. Como diz Arendt (p. 288):

A falsidade deliberada, a mentira cabal, somente entra em cena no domínio das afirmações fatuais; e parece significativo, e um tanto estranho, que, no longo debate acerca desse antagonismo de verdade e política, desde Platão até Hobbes, ninguém, aparentemente, tenha jamais acreditado em que a mentira organizada, tal como a conhecemos hoje em dia, pudesse ser uma arma adequada contra a verdade.

Seria a mentira, presente nos discursos, um canal construído e que demonstra barbárie na sua manifestação? Seu emprego promove, de fato o bem, mesmo para aqueles que fazem uso dessa “habilidade” persuasiva, ou lhes gera consequências que, cedo ou tarde lhes dão revés? O uso da mentira se faz imoral? Essas questões surgem quando pensamos em como o político convive com a mentira fazendo parte do seu dia a dia, de sua condição, ou seja, o cidadão, que se torna político, deve incorporar a mentira como atributo de sua conduta, para assim ter desenvoltura na política, o que pode ser prejudicial para si, como uma espécie de intoxicação silenciosa. Mas, ao que tudo indica, inclusive pelo já exposto por nossos filósofos utilizados, essa característica está ligada à natureza do ser humano, que sem a educação apropriada, exerce bem seu ofício ancorado pela mentira, que para Arendt (p.288):

A falsidade deliberada, a mentira cabal, somente entra em cena no domínio das afirmações fatuais; e parece significativo, e um tanto estranho, que, no longo debate acerca desse antagonismo de verdade e política, desde Platão até Hobbes, ninguém, aparentemente, tenha jamais acreditado em que a mentira organizada, tal como a conhecemos hoje em dia, pudesse ser uma arma adequada contra a verdade.

Quando criticamos a conduta dos políticos ou recriminamos suas posturas em momentos de decisão, precisamos pensar em como resolver a questão, que, não parece ser de outra forma diferente do processo educativo. Educar a sociedade tem a possibilidade de forjar novos políticos, com características, digamos, mais virtuosas. “Mesmo tomando cuidado em distinguir os vícios dos políticos que não são necessariamente vícios morais e vice-versa, é ainda verdadeiro que, sob certas formas, o bem moral e o bem político podem se unir no bem público que é a verdadeira paz”, diz Canto-Sperber (p. 708). Além do mais, como diz Arendt (p. 291) “A razão humana, por ser falível, só pode funcionar se o homem pode fazer “uso público” dela, e isso é verdadeiro, outrossim, para aqueles que, ainda em estado de “tutela” sejam, incapazes de usar suas mentes “sem orientação de alguém”, e para o “estudioso”, que necessita de que “todo o público leitor” examine e controle seus resultados”.

Não sendo esses os únicos problemas que permeiam as ações políticas, temos também, dentro das disputas de poder hegemônicas, uma impetuosa competição entre todos os políticos e do embate entre suas polarizações ideológicas. Essa competição que falamos também pode ser condutora da barbárie que salientamos ser preciso o combate, sua prevenção acima de tudo. Chama atenção sobre isso Adorno (1995, p.161):

Partilho inteiramente do ponto de vista segundo o qual a competição é um princípio no fundo contrário a uma educação humana. De resto, acredito também que um ensino que se realiza em formas humanas de maneira algum ultima o fortalecimento do instinto de competição. Quando muito o fortalecimento do instinto de competição. Quando muito é possível educar desta maneira esportistas, mas não pessoas desbarbarizadas.

Observamos com grande ênfase o que Adorno nos diz, que a competição não favorece a desbarbarização, nem mesmo a previne, pelo contrário, fortalece sua propensão. Se a competição e a autoridade desmedida estiverem presentes no processo educativo, explícitas na vida de crianças e de jovens, certamente estaremos criando um problema. Acima expomos o perfil e algumas características de políticos, mas precisamos ter em mente que todo político também foi criança, e passou pelo aprendizado; complementa Adorno (1995, p 166):

Isto deve-se a que a perpetuação da barbárie na educação é mediada essencialmente pelo princípio da autoridade, que se encontra nesta cultura ela própria. A tolerância frente às agressões, colocada como pressuposto para que as agressões renunciem a seu caráter bárbaro, pressupõe por sua vez a renúncia ao comportamento autoritário e à formação de um superego rigoroso, estável e ao mesmo tempo exteriorizado. Por isto a dissolução de qualquer tipo de autoridade não esclarecida, principalmente na primeira infância, constitui um dos pressupostos mais importantes para uma desbarbarização.

Por isso, a educação não é algo que apenas se quer promover, fazer acontecer, mas antes disso, que educação pretendemos oferecer às pessoas, com olhar cuidadoso e atencioso para as crianças e jovens. A configuração da sociedade – e isso inclui os políticos – diz respeito diretamente à formação pela qual passaram. É preciso, nesse sentido, de uma educação para o esclarecimento, trazendo os preceitos do bem comum, da responsabilidade, dos direitos e dos deveres, para quem sabe assim, irmos em direção contrária à da barbárie, e ter uma nova configuração política.

3 ESCLARECIMENTO: EDUCAÇÃO, POLÍTICA E MAIORIDADE

Falamos de forma bastante genérica sobre a relação entre o esclarecimento e a emancipação, e a importância que ambos têm na educação formativa das pessoas. Mas vamos ser realistas nesse ponto, é possível que nenhum modelo educacional (talvez no mundo todo) que tenha de fato uma estruturação cuja finalidade seja o esclarecimento das pessoas, promovendo um bem estar, por meio da autonomia que possibilita e um crescimento resultante de sua emancipação, como se refere Adorno (1995, p.169): “A exigência de emancipação parece ser evidente numa democracia”. Daí o questionamento: qual nação, de fato, conseguiu fazer de seu povo, de forma igualitária, atingir a maioria proposta por Kant? Em Adorno (1995, p.175) num diálogo, Becker diz que: “É efetivamente muito interessante este fenômeno da continuidade mundial do domínio da educação não-emancipatória, embora a época do esclarecimento já vigore há tempos, e embora certamente não apenas em Kant, mas também em Karl Marx haja muitas coisas que se opõe a essa educação não-emancipadora”. Possivelmente poucos países tenham conseguido, para não arriscar dizer nenhum, pois como já dissemos, é preciso altas doses de compromisso político para ofertar uma educação que tenha tamanho brio qualitativo.

Mas a razão para que isso não ocorra na maior parcela do mundo também é evidente: vivemos no mundo onde a realidade é a capitalista; onde as desigualdades são “naturais”, e com ela as competições. No sistema do capital é preciso haver aqueles que viverão eternamente na minoridade, que nunca sairão da caverna platônica, pois o sistema não quer e nem proporciona isso a eles, que segundo PARANÁ (2008, p.48, et Appel, 1999), não há propriamente ofício filosófico sem sujeitos democráticos e não há como atuar no campo político e cultural, avançar e consolidar a democracia quando se perde o direito de pensar, a capacidade de discernimento e o uso autônomo da razão. Quem pensa opõe resistência”. E essa é a realidade moderna em que vivemos. Os sinais não são de extinção dessa condição existencial, mas sim da intensificação dela, pois o consumo e produtividade só crescem a cada dia.

Se nos perguntarmos: o que nos trouxe até aqui, a essa realidade? Diríamos também, de forma bastante simplificada que, nos perdemos na linha do tempo no projeto civilizatório e formativo, de referência grega, no auge de Atenas. Ali, o

embrião do esclarecimento e da emancipação tinham terreno fértil para se desenvolver – o que não exime aquela época dos problemas que também eram presentes – e que possibilitaria a libertação da consciência das pessoas; já naquele tempo, os sinais da ascensão à possibilidade para a maioria eram detectáveis.

O conhecimento que hoje chamamos “humanidades” (para não falar apenas da filosofia), na era antiga, era o centro da formação e da promoção do esclarecimento da época. Para os dias modernos, somente a filosofia não seria suficiente para sustentar tamanha necessidade, uma vez que os territórios do conhecimento se tornaram bastante diversos, que se fragmentaram em muitas ciências, que vão para além de uma aquisição puramente teórica e abstrata e que emergem em uma grande gama técnica ou prática; e que talvez seja esse um dos motivos pelos quais, muitas vezes, nós confundimos o que as pessoas precisam aprender com a formação nas escolas e universidades. Sobre as humanidades, Martha Nussbaum (2015, p.4):

Consideradas pelos administradores públicos como enfeites inúteis, num momento em que as nações precisam eliminar todos os elementos inúteis para se manterem competitivas no mercado global, elas estão perdendo rapidamente seu lugar nos currículos e, além disso, nas mentes e nos corações dos pais e dos filhos.

Essa confusão (que é sim uma falta de clareza) nos distancia do necessário esclarecimento kantiano, pois basta dizer que em diferentes épocas – e agora mais uma vez – implantamos uma educação onde o objetivo é profissionalizar; aprender técnicas por meio da educação, e para quê? Sustentar o mundo capitalista de produtividade e consumo.

Nós precisamos trabalhar sobre duas frentes quando pensamos em educação: a primeira, realista, encarando de forma sóbria o mundo em que vivemos, capitalista; a segunda, lembrando das origens da educação, isto é, para quê e como ela surgiu, qual sua finalidade, que parece estar muito intrínseca com a real existência humana, e que por vezes, um e outro acabam tendo lapsos em recobrar essa noção, que é: o humano fazendo parte do mundo, sendo humano e aprendendo a humanidade, que visa o equilíbrio com o meio, a harmonização entre os indivíduos que compõe o seu grupo chamado sociedade, a formação humana para esse fim. Para além das

competências técnicas que a educação moderna já se encarrega, Nussbaum (2015, p.8) expõem claramente sua posição:

Minha preocupação é que outras competências, igualmente decisivas, correm o risco de se perder no alvoroço competitivo; competências decisivas para o bem estar interno de qualquer democracia e para a criação de uma cultura mundial generosa, capaz de tratar, de maneira construtiva, dos problemas mais prementes do mundo. Essas competências estão ligadas às humanidades e às artes: a capacidade de pensar criticamente; a capacidade de transcender os compromissos locais e abordar as questões mundiais como um “cidadão do mundo”; e, por fim, a capacidade de imaginar, com simpatia, a situação difícil em que o outro se encontra.

Mas, também é preciso perceber que, duas coisas são tão antigas e que fazem parte na vida humana, sendo uma delas a educação (nossa necessidade, diria Kant) e a outra a política, e elas não são independentes como muitos consideram, pelo contrário, são próximas e dependentes. Desta relação, consideremos a educação como Kant (1999, p. 11) nos ensina: “O homem é a única criatura que precisa ser educada. Por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação. Consequentemente, o homem é infante, educando e discípulo”, assim sendo, estes cuidados devem visar o cidadão – e a democracia – que se quer ter.

Podemos arriscar dizer que o humano é um ser naturalmente político, pois suas relações pessoais, seja na família, trabalho, entre os amigos, os relacionamentos, é necessário todos os fatores que também são precisos para se fazer a exata política que temos como hábito referenciar: o discurso, a habilidade em lidar com o outro, muitas vezes exigindo parcimônia, diálogo, acordo, etc. Aprender sobre a política, e saber usá-la, pode inclusive nos beneficiar fora dos ambientes puramente políticos. O que atrapalha nessa questão são os “flagelos humanos”, isto é, a ganância e o egoísmo, criaram o mundo capital, lhes são marcas evidentes, nos distanciando de um mundo possível de se criar, com base na ação de uma política esclarecida (onde os indivíduos que fazem a política sejam esclarecidos); notemos isso segundo Platão (1999, p.8) que diz: “O comparecimento à Assembléia era frequentemente escasso, já que, em condições normais, muitos cidadãos preferiam

ocupar-se de seus negócios particulares; os que compareciam aos debates estavam sujeitos às influências dos oradores mais hábeis, que faziam oscilar as decisões”.

Assim como diz Kant, a educação é o nosso destino, nossa necessidade; mas parece que em nosso tempo esse entendimento está um pouco obscurecido, o que entendemos por educação e formação hoje não tem muito haver com encaminhar os humanos ao esclarecimento, visando emancipá-los dos grilhões que nossa condição natural, somada ao capital, nos impõe. Em Kant (1999, p.100) temos por definição: “Esclarecimento (Aufklärung) é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo”. Nesse sentido, o esforço pela emancipação no sistema que vivemos é de uma proeza a realizar; não impossível, mas difícil pelo desempenho grandioso que exige, não apenas de recursos, mas também, e sobretudo, de vontade de o realizar. Complemente Adorno (1995, p. 108) que “se atualmente ainda podemos afirmar que vivemos numa época de esclarecimento, isto tornou-se muito questionável em face da pressão inimaginável exercida sobre as pessoas, seja simplesmente pela própria organização do mundo, seja num sentido mais amplo, pelo controle planejado até mesmo de toda realidade interior pela indústria cultural”.

O esclarecimento das pessoas, por meio da educação, neste caso, com recorte ao ensino em filosofia política, se daria mediante a apresentação do que a política significa, sua gênese, e as diferentes vertentes pelos quais o entendimento da política pode se dar. Isso tudo como programa para a disciplina de filosofia, que falaremos mais adiante. Aqui, antes disso, precisamos trabalhar a ideia de que a política não é “lugar de barbárie”, isto é, terreno de disputas com explícita agressividade, seja física ou moral, supressão de forças participativas, entre os seus membros, de dominação, perversão ou demonstração de poder e controle. E Kant (1999, p.16) faz um alerta: “quem não tem cultura de nenhuma espécie é um bruto; quem não tem disciplina ou educação é um selvagem. A falta de disciplina é um mal pior que falta de cultura, pois esta pode ser remediada mais tarde, ao passo de que não se pode abolir o estado selvagem e corrigir um defeito de disciplina”. Para se entender – e se fazer política –, é preciso ter uma boa educação, ou então a política será vista como algo sempre do ponto de vista negativo, como algo que existe e que dela só há malefícios, observemos o que CANTO-SPERBER (2013, p.809) nos diz:

Do mesmo modo que a política necessita que os indivíduos em seu comportamento e mais ainda sua relação com o poder público observem as regras elementares da moral comum: o que seria da sociedade se cada um se tornasse juiz da sua regra de conduta e se libertasse dos deveres habituais, se autorizasse a fraudar o fisco, se esquivasse do serviço militar? Seria a dissolução de toda coletividade.

De certo, queremos na política e na sociedade pessoas que tenham o compromisso consigo e com a coletividade, que sejam éticos e possuam condutas que são aceitas e condizentes com o aspecto normativo da sociedade, no entanto, não paramos para pensar que de algum lugar isso deve vir, ser produzido ou adquirido. Pois bem, uma conduta mais ética e moralmente aceitável, deve primeiramente ser condicionada para existir. Para Adorno (1995, p. 169):

A democracia repousa na formação da vontade de cada um em particular, tal como ela se sintetiza na instituição das eleições representativas. Para evitar um resultado irracional é preciso pressupor a aptidão e a coragem de cada um em se servir de seu próprio entendimento. Se abirmos mão disso, todos os discursos quanto à grandeza de Kant tornam-se mera retórica, exterioridade.

Para que tenhamos uma sociedade mais justa, onde por vias da política ela se construa, é necessário se fazer condições para que uma moral, com senso de justiça e de bem, também se faça. Além disso, não há como promover uma conjuntura nessas condições sem falar em educação, pois ao que parece este é o único caminho para alcançá-la. A filosofia de Kant e Adorno, sobretudo, estão repletos de indicações a esse fim, por isso, buscar uma educação que vise o esclarecimento e a emancipação das pessoas, certamente que contribuirá para a presença de uma política onde, voltando às suas origens, tende à se importar, e de fato trabalhar, pelo bem geral da coletividade. As pessoas precisam aprender isso, os políticos precisam aprender a ser e fazer política. Notemos o que diz Arendt (2014, p.289) sobre como a política hoje se dá:

Às flexíveis opiniões do cidadão acerca dos assuntos humanos, os quais por si próprios estão em fluxo constante, contrapunha o filósofo a verdade acerca daquelas coisas que eram por sua mesma natureza sempiternas e das quais, portanto, se podiam derivar princípios que estabilizassem os assuntos humanos. Por conseguinte, o contrário da verdade era a mera opinião, equacionada com a ilusão; e foi esse degredamento da opinião o que conferiu ao conflito sua pungência política; pois é a opinião, e não a verdade, que pertence à classe dos pré-requisitos indispensáveis a todo poder. “Todo governo assenta-se sobre a opinião”, disse James Madison, e nem mesmo o mais autocrático tirano ou governante pode alçar-se algum dia ao poder, e muito menos conservá-lo sem o apoio daqueles que têm o modo de pensar análogo.

A população facilmente emite opinião sobre as coisas, assim também sobre a política, muito perceptível se olharmos com atenção os diálogos de nosso cotidiano, sobretudo em épocas de eleições, as pessoas sem muito conhecimento sobre os pressupostos teóricos da política, analisam a situação estatal, e julgam avaliar seus representantes com tamanha clareza, porém, quando indagados sobre os critérios que os levam a crer no que dizem, se veem emaranhados em confusão, e não sabem fundamentar. Não apenas isso, são facilmente ludibriados pelos sofismas dos políticos, que dominam as artimanhas da oratória, e que “embora provavelmente não possamos criar pessoas que resistam a todas as manipulações, podemos criar uma cultura social que represente, ela própria, uma poderosa “situação” ambiente, fortalecendo as tendências que combatem a estigmatização e a dominação” (NUSSBAUM, 2015, p. 45).

A mentira como já falamos, é um artifício habitual e usual na conduta dos políticos, evidentemente não há um compromisso sério com a verdade, e isso combina bem com o predomínio da opinião, proferida pelas pessoas em grande escala, mascarando o desconhecimento e expondo a leigosidade sobre política. Assim afirma Arendt (2014, p.292) que:

O deslocamento da verdade racional para a opinião implica uma mudança do homem no singular para os homens no plural, e isso significa um desvio de um domínio em que, diz Madison, nada conta a não ser o “raciocínio da opinião” de uma mente para uma esfera onde “a força da opinião” é determinada pela confiança do indivíduo “no número dos que ele supõe que nutram as mesmas opiniões” –

um número, aliás, que não é necessariamente limitado ao dos próprios contemporâneos.

Essa condição geral das pessoas, denota o afastamento do esclarecimento e muito mais de sua emancipação racional, não são autônomos no seu raciocínio político. Isso é grave, uma vez que possibilitará a perpetuação da barbárie – em múltiplos aspectos e contextos – o embrutecimento físico e mental, dentro e fora dos ambientes da política, como se entende. Kant (1999, p.102) está certo ao dizer que “é difícil portanto para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Chegou mesmo a criar amor a ela, sendo por ora realmente incapaz de utilizar seu próprio entendimento, porque nunca o deixaram fazer a tentativa de assim proceder”. Com isso, se torna imprescindível que tenhamos uma formação humana apropriada para um bom desempenho na política, pois derivado disso, teremos também boas consequências na estrutura de toda sociedade, pois as decisões por ela tomadas são oriundas das relações políticas, porque “o indivíduo, formado na universalidade da cultura (*Bildung*), realiza a sua humanidade, momento em que ele tem para-si a sua verdadeira natureza. Mediante a ação efetiva de formação que a sociedade oferece, o homem pode integrar-se à realidade do seu tempo, sem qualquer recurso externo propiciado pela abstração de um ideal regulador.” (RAMOS, 2007, p.208).

A política é um componente fundamental das sociedades modernas, mesmo nos modelos mais autoritários, a saída desses modelos depende, do grau de esclarecimento da população, e das relações estabelecidas nas decisões da própria política. Encarregada de dar manutenção e progresso ao ente do Estado, a política deve estar impregnada de bons ideais e de uma moral desenvolvida, e sobre o papel da política, uma atenção ao que diz CANTO-SPERBER (2013, p.809):

É um absoluto: não pode haver tarefa mais nobre, nem missão mais sagrada que a preservação da existência do grupo da qual as políticas estão encarregadas, a manutenção da sua coerência, às vezes a sua sobrevivência. A referência à ação política será chamada, dependendo das situações, as inspirações e o vocabulário da época, de salvação do povo, interesse geral, pátria em perigo, grandeza da nação, conquista do espaço vital... É portanto a utilidade social, e não a justiça ou a precisão das coisas, o critério supremo.

E reforçamos ainda, com David Hume (1999, p.11) a importância da moral e da função da política para a sociedade:

A moralidade seria apenas um conjunto de qualidades aprovadas pela generalidades das pessoas. Essas qualidades seriam aprovadas conforme sua utilidade, ou o prazer que proporcionam. A utilidade define-se como a aptidão ou tendência natural para servir a um fim, desde que este seja bom. Assim, a justiça, entendida como respeito pelo direito de propriedade, deveria todo seu mérito à utilidade pública, pois conduz ao bem-estar da sociedade.

De modo algum, a barbárie faz parte da política. É, antes, a natureza humana incondicionada, não desenvolvida, não aprimorada que faz da política como a conhecemos, negativa, brutal, não servindo muitas vezes ao interesse e necessidade social, como Canto-Sperber demonstra. É preciso antes de se fazer política, educar a população, e nisso retornamos a Kant (1999, p.12) quando diz:

A disciplina transforma a animalidade em humanidade. Um animal é por seu próprio instinto tudo aquilo que pode ser (...) mas o homem tem a necessidade de sua própria razão. Não tem instinto, e precisa formar por si mesmo o projeto de sua conduta. Entretanto, por ele não ter a capacidade imediata de o realizar, mas vir ao mundo em estado bruto, outros devem fazê-lo por ele.

Por isso, a educação, a política e a sociedade que queremos ter, são relacionadas, é todo um processo, cujos resultados não são de observação imediata, é preciso tempo, é necessário começar o quanto antes. E completa Kant (p.12):

A disciplina é o que impede ao homem de desviar-se do seu destino, de desviar-se da humanidade, através das suas inclinações animais. Ela deve, por exemplo contê-lo, de modo que não se lance ao perigo como um animal feroz, ou como um estúpido. A disciplina, porém, é puramente negativa, porque é o tratamento através do qual se tira do homem a sua selvageria; a instrução, pelo contrário, é a parte positiva da educação.

E o foco, baseado no que indica Kant, é justamente o processo maior e mais demorado da instrução, que deve ser todo estruturado e praticado, em saberes que conduzem os humanos a um estado maior de bem, isto é, na compreensão e na efetividade, com noções de deveres e de direitos, com a noção de que, o trabalho individual deve e pode contribuir para a manutenção de todo bem-estar social, onde, o bem de todos implica diretamente no bem de todas as individualidades. O problema disso é que, não temos uma educação com essa finalidade. Atentamos assim para o que Adorno (1995, p.181) coloca:

(...) então por certo é preciso começar a ver efetivamente as enormes dificuldades que se opõem à emancipação nesta organização do mundo (...) O motivo evidentemente é a contradição social; é que a organização social em que vivemos continua sendo heterônoma, isto é, nenhuma pessoa pode existir na sociedade atual realmente conforme suas próprias determinações. Enquanto isto ocorre, a sociedade forma as pessoas mediante inúmeros canais e instâncias mediadoras, de um modo tal que tudo absorvem e aceitam nos termos desta configuração heterônoma que se desviou de si mesma em sua consciência. É claro que isto chega até às instituições, até à discussão acerca da educação política e outras questões semelhantes.

Como veículo à manutenção da menoridade, de modo a evitar a emancipação, a autoridade é algo bastante forte como marca da sociedade, em sua tradição cultural, e que se transfere ao modo como se faz a política, e também no comportamento dos políticos. Conforme Adorno (1995, p.177):

Penso que o momento da autoridade seja pressuposto como um momento genético pelo processo de emancipação. Mas de maneira algum isto deve possibilitar o mau uso de glorificar e conservar esta etapa, e quando isto ocorre os resultados não serão apenas mutilações psicológicas, mas justamente aqueles fenômenos do estado de menoridade, no sentido da idiota sintética que hoje constatamos em todos os cantos e paragens.

O cuidado que se deve ter na educação possui reverberações na sociedade e na política, na cultura de toda sociedade. Não podemos confundir achando que para se ter uma boa educação é preciso autoridade, tomado como sinônimo a repressão, seja ela física ou moral, pois dela não se terá nova configuração da sociedade, muito menos – e de modo algum – um entendimento maior sobre política ou que daí se façam bons políticos. Voltamos a fortalecer a ideia de que uma boa política se faz com a maioria, ou seja, do esclarecimento do povo. “Mas, no lugar de emancipação, encontramos um conceito guarnecido nos termos de uma ontologia existencial de autoridade, de compromisso, ou outras abominações que sabotam o conceito de emancipação atuando assim não só do modo implícito, mas explicitamente contra os pressupostos de uma democracia” (Adorno, 1995, p.172). A possibilidade de saída dessa condição, parece ser muito razoável pelo que aponta Kant (1999, p.20):

Não se devem educar as crianças segundo o presente estado da espécie humana, mas segundo um estado melhor, possível para o futuro, isto é, segundo a ideia de humanidade e da sua inteira destinação (...) Os pais educam seus filhos para o mundo presente, ainda que seja corrupto. Ao contrário, deveriam dar-lhes uma educação melhor, para que possa acontecer um estado melhor no futuro.

Passamos atualmente por uma crise da educação que estende por todo o globo, há ainda um abalo e uma tentativa de supressão das humanidades, decisivas para uma educação mais esclarecedora, cheia de conhecimentos da cultura histórica e social dos povos, um estímulo ao desenvolvimento da razão humana, que sem elas, não será possível haver um mundo melhor, mas sim o seu oposto. “Acredito que – e isto é Freud puro – justamente esses momentos repressivos da cultura produzem e reproduzem a barbárie nas pessoas submetidas a essa cultura” (Adorno 1995, p.157). Precisamos criar uma nova cultura de saberes, demonstrando sua praticidade e sua finalidade àqueles que passam pelos processos educacionais e formativos. Mais do que a título de conhecer, as humanidades tem a necessidade de sobreviver em um mundo onde a alienação, com contribuição do entretenimento, está facilitada e contaminante. “Vê-se assim como é prejudicial plantar preconceitos,

porque terminam por se vingar daqueles que foram seus autores ou predecessores destes. Por isso, um público só muito lentamente pode chegar ao esclarecimento”. (Kant, 1999, p.104).

Dentre as humanidades, a que nos interessa focalizar aqui são as contribuições da filosofia, sobretudo na educação, com vistas à promoção de saberes necessários para o esclarecimento e emancipação dos alunos humanos. Reconhecendo que essa tarefa não lhe cabe sozinha, porém não sem ela, a filosofia é protagonista no sentido de embasar conceitualmente os saberes científicos, dando-lhes orientação. Para Moraes (2012, p.200) “A Filosofia, a Educação e o Direito podem formar um tripé interessante para compor um Estado Democrático de Direito em que se conserva a razão, se respeita o debate político e se reconhece, deliberadamente, os interesses da esfera pública”. Desdobraremos mais adiante como a filosofia pode se apresentar nas escolas, em sua estrutura disciplinar e também curricular. O importante é fazer os ajustes necessários, na esperança de que um mundo melhor é possível, crendo que através da educação dos indivíduos se faz o instrumento operante da razão, da moral, lapidando condutas, para que haja assim, no futuro, pessoas mais esclarecidas, participativas e comprometidas consigo mesmas e com os outros; claro, que nisso a política faz parte. Conforme NUSSBAUM (2015, p.29):

Toda sociedade traz em si pessoas que estão preparadas para conviver com os outros em termos de respeito mútuo e de reciprocidade e pessoas que buscam o conforto da dominação. Precisamos compreender como produzir mais cidadãos do primeiro tipo e menos do segundo. Imaginar, falsamente, que nossa própria sociedade é internamente pura só serve para alimentar a agressão contra os estrangeiros e a cegueira com relação à agressão contra os nacionais.

Seria importante também, dizer, que a finalidade do esclarecimento, através do currículo escolar, deve ser um projeto nacional que, mediante trocas governamentais, não se desfaça em curto período. A oscilação entre governantes quebra o ritmo do processo, que demanda tempo para se efetuar, amadurecer e apresentar seus resultados. Somente com o tempo é que uma sociedade democrática, e também uma política ideal, poderão surgir, fora isso, a impressão

que se terá será apenas de um insucesso que degenera em frustração. Outro ponto que Adorno (1995, p.158) nos convida à reflexão se dá:

Portanto, creio que na luta contra a barbárie ou em sua eliminação existe um momento de revolta que poderia ele próprio ser designado como bárbaro, se partíssemos de um conceito formal de humanidade. Mas já que todos nós nos encontramos no contexto de culpabilidade do próprio sistema, ninguém estará inteiramente livre de traços de barbárie, e tudo dependerá de orientar esses traços contra o princípio de barbárie, em vez de permitir seu curso em direção à desgraça.

Nesse sentido, empenhar forças no ideário social e humano, não perdendo o seu foco, pode nos mobilizar às reformas necessárias para um mundo mais esclarecido, emancipado das correntes morais e submissivas, dando condições para que se faça uma política progressista para a vida humana, caminhando sempre para frente, afastando as pessoas e a política de males como a corrupção. Esquecemos um pouco do que os gregos pensavam, mas que Canto-Sperber (2013, p.709) nos lembra de que, “a virtude é, na república, o amor pela pátria e pela igualdade que acompanha a forma econômica da frugalidade, do meio-termo dentro da posse dos bens”, balizando nossas condutas num mundo moderno, do capital e do consumo, não perdendo o foco de nós mesmos nesse mesmo mundo. Pensado no que diz aqui PLATÃO (1999, p.8, Carta VII) “...os males não cessarão para os humanos antes que a raça dos puros e autênticos filósofos chegue ao poder, ou antes que os chefes das cidades, por uma divina graça, ponham-se a filosofar verdadeiramente”. Considerando que os políticos emergem do povo, tanto os representantes quanto os representados necessitam do esclarecimento; que reforçamos: somente por meio da educação se dará, demonstrado por Kant. A seguir comentaremos sobre os aspectos educacionais na busca pelas condições desse esclarecimento racional e pessoal.

4 EDUCAÇÃO E CURRÍCULO DE FILOSOFIA

Fazendo parte da formação das pessoas, a Filosofia, estando direta ou indiretamente presente nas escolas, alicerça todas as bases para a construção do conhecimento. Ao longo do tempo, no Brasil, ora ela integra o rol de disciplinas escolares, ora como conhecimento tangencial que envolve em segundo plano os demais saberes científicos, não como uma disciplina constituída. O fato é que a inserção da filosofia como disciplina regular nas escolas, tem sido objeto de discussões durante muitas décadas, e conforme a tendência política do governo vigente, ela é suprimida, na tentativa de tirá-la de cena. A razão é muito simples: nosso objeto aqui é dizer como a Filosofia Política pode conduzir o pensamento das pessoas a um esclarecimento – que se dará por um processamento de autonomia da razão individual – e que pode ser nocivo aos interesses das relações de poder e dominação dos “políticos”.

Na última década, a filosofia volta a ter um papel de protagonismo na estruturação da educação brasileira, sua importância é lembrada como fundamento da educação e da formação, voltando a estar presente nas escolas e nas provas de seleção. Isso se deu por leis que normatizaram seu retorno. Segundo PARANÁ (2008, p. 47) nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica (DCE) em Filosofia:

Em agosto de 2006, o parecer CNE/CEB n. 38/2006, que tornou a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias no Ensino Médio, foi homologado pelo Ministério da Educação pela Resolução n. 04 de 16 de agosto de 2006. No Estado do Paraná, foi aprovada a lei n. 15.228, em julho de 2006, tornando a Filosofia e a Sociologia obrigatórias na matriz curricular do Ensino Médio.

Contudo, há que se verificar com atenção como se deu, a nível curricular, a volta da filosofia no processo de ensino e aprendizagem, além de sua verificação qualitativa, se o seu papel se cumpre de forma “prática”, no entendimento e incorporação desses saberes na vida dos alunos. Não há como promover o esclarecimento a partir do ensino sem uma competente organização prévia deste ensino. E Adorno (1995, p. 181) nos diz que:

Referente à pergunta “vivemos atualmente em uma época de esclarecida” Kant respondeu: “Não, mas certamente em uma época de esclarecimento”. Nestes termos ele determinou a emancipação de um modo inteiramente conseqüente, não como uma categoria estática, mas como uma categoria dinâmica, como um vir-a-ser e não um ser.

Assim, é possível que tenhamos resultados tão sublimes como o esclarecimento e a emancipação, o alcance da maioridade kantiana por meio da educação, mas para isso ela precisa ter um alto grau de comprometimento, tanto da estrutura curricular, que prevê os conteúdos a serem desenvolvidos nas aulas, como também a preparação dos professores, pois a educação formal como temos hoje é composta de vários elementos fragmentários (leis, currículos, formação, metodologias, materiais didáticos, etc.) que necessitam estar em sintonia um com o outro para que todo o processo funcione adequadamente, na intenção de se alcançar os objetivos esperados. Se falamos em uma educação na busca do esclarecimento – e acredito que é isso que Kant quer que façamos – devemos expor a real situação de nossa educação, e se for o caso, o que impede que consigamos chegar até esse objetivo (1999, p.19):

A educação é uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. Cada geração, de posse dos conhecimentos das gerações precedentes, está sempre melhor aparelhada para exercer uma educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daquelas e, assim, guie toda a humana espécie a seu destino.

Como falamos anteriormente, a cada mudança governamental, novos planos para a educação são traçados, e com isso aparecem as reformas, que nem sempre são positivas, como é o caso do presente momento em que passamos, com a construção da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que retira a filosofia como disciplina obrigatória e constituída dos currículos regulares do ensino médio, mais uma vez. Vale lembrar que, se torna insatisfatória e neutralizada os avanços que vinham sendo realizados na disciplina, pois é preciso tempo para que possamos

observar um notório avanço qualitativo da racionalização das pessoas, oriunda de estudos feitos em filosofia nas escolas, as vezes necessitando de gerações para se evidenciar. Se não conseguimos nem mesmo “conscientizar” as pessoas – usando uma expressão popular e corriqueira (pois não conscientizamos ninguém, isso é anti autonomia) – tampouco conseguiremos promover as condições para se desenvolver o esclarecimento das pessoas, para isso seria necessário tempo, e isso não tivemos.

A reforma proposta por meio da BNCC não possibilita a igualdade e equidade dos saberes filosóficos, atrapalhando todo o desenvolvimento geral, uma vez que apenas alguns terão acesso a essa formação, que se torna duvidosa, pois não sabemos ainda qual será sua intensidade qualitativa; o que podemos afirmar é que o progresso foi paralisado e que, se por ventura tínhamos anteriormente alguma chance de esclarecer os alunos, agora isso é praticamente impossível, que para Adorno (1995, p. 172):

Contudo, o que é peculiar no problema da emancipação, na medida em que esteja efetivamente centrado no complexo pedagógico, é que mesmo na literatura pedagógica não se encontre esta tomada de posição decisiva pela educação para a emancipação, como seria de se pressupor – o que constitui algo verdadeiramente assustador e muito nítido.

Além disso, há outro fator que oblitera o ensino e o trabalho da filosofia política nas escolas, é o argumento governamental de que fazemos proselitismo ideológico e partidário nas salas de aula – notem que pelo menos o governo reconhece com isso o “poder” transformador da educação e também da filosofia – o que nos induz dizer que, as “reformas” são manobras para se excluir os saberes esclarecedores que a filosofia possui e que se chegarem à apropriação das massas, torna-se um risco para a política que se faz hoje, dificultando a condução fácil da população, num jogo de interesses pelo poder. “Assim, pensar o processo da ideologização da democracia e, conseqüentemente, o formalismo jurídico que tem se sobreposto à substancialização dos direitos, às formas de dominação, bem como alternativas políticas ao que está instituído, são tarefas importantes da filosofia política” (PARANÁ, 2008, p.58).

Essa condição é completamente problemática para a educação, sociedade, para o desenvolvimento e para o futuro, os currículos escolares não podem funcionar como instrumento de manipulação social. Precisamos de uma educação que seja firme em seus propósitos e que não oscile tanto em suas medidas, o processo de formação das pessoas implica continuidade, uma certa linearidade, mas a cada troca de governo é como se voltássemos ao ponto zero. Por isso, pensamos em Arendt (2014, p.225) como uma possibilidade, mesmo que um tanto rígida, na tentativa de abrir caminhos para uma política mais “saudável”:

Quem desejar seriamente criar uma nova ordem política mediante a educação, isto é, nem através de força e coação, nem através da persuasão, se verá obrigado à pavorosa conclusão platônica: o banimento de todas as pessoas mais velhas do Estado a ser fundado. Mas mesmo às crianças que se quer educar para que sejam cidadãos de um amanhã utópico é negado, de fato seu próprio papel futuro no organismo político.

Esclarecimento, não se adquire do dia para a noite, é um processo de alta complexidade e requer cuidados e atenção. Na medida em que as pessoas vão adquirindo esclarecimento de sua condição humana e social, elas vão se tornando autônomas, gradativamente. Os currículos como um planejamento estruturante dessa dimensão formativa, precisam prever tudo a que a esse fim é necessário existir, incluindo o conteúdo, que neste caso é a filosofia política. E em PARANÁ (2008, p. 48) diz que:

Há um problema anterior ao currículo; trata-se da impossibilidade contemporânea de estabelecer um sentido único para a Filosofia. Entendendo, assim, que existem concepções filosóficas diversas, cabe a cada professor o desafio constante de definir para si mesmo o lugar de onde pensa e fala. Para resolver esse problema sugere-se o seguinte procedimento: definir o local onde o ensino se realiza e a qual sujeitos ele se dirige. Isso permitirá pensar qual Filosofia será ensinada.

Nisso, cada currículo deve levar em consideração diversos fatores que serão utilizados para se pensar o modelo do ensino necessário para atender a cada realidade específica, sendo dos alunos e também das escolas. Mais a frente falaremos sobre a possibilidade metodológica para favorecer um melhor desenvolvimento racional dos alunos na filosofia. Morais (2012, p.196) expõe que “a legislação educacional brasileira precisa de um amplo processo de revisão, já que além de seu caráter instrumental e objetivamente, determina práticas pedagógicas que reforçam a formação de uma sociedade ideologicamente manipulada e dependente da vontade política privada”. Isso traz à tona a realidade atual, onde há uma intenção de privatização da educação, abrindo espaço para que empresas ditem as regras, condições, formas e proponham modelos de ensino, isso reforça uma educação com perfil mercadológico com viés profissionalizante, o que não tem muito a ver com as humanidades e a filosofia, não é a toa que a reforma com a BNCC tenha gerado tamanho alvoroço nacional. Não há resquício da intenção de esclarecer quem quer que seja por meio da educação. Mesmo antes das reformas, apesar da estrutura da disciplina de filosofia, muito depende das metodologias e preparação do professor para fazer com que os alunos se desenvolvam como se pretende. PARANÁ (2008, p. 40) revela de forma geral como se dá essa constituição normativa:

Nestas Diretrizes, opta-se pelo trabalho com conteúdos estruturantes, tomados como conhecimentos basilares, que se constituíram ao longo da história da Filosofia e de seu ensino, em épocas, contextos e sociedades diferentes e que, tendo em vista o estudante do Ensino Médio, ganham especial sentido e significado político, social e educacional.

Pensando nisso, é preciso levar fortemente em consideração a conjuntura nacional – e também mundial – para que assim ocorra um novo arranjo da educação, desde a estrutura de seus currículos, preparação dos professores, metodologias, material didático, além de considerar o perfil dos alunos e os objetivos que se pretende, com sorte, esclarecê-los, para que possam ser mais participativos na esfera pública, na política, de forma autônoma e emancipada. Para que a filosofia não recaia em uma simples disciplina escolar, onde se reproduzem fatos históricos

da filosofia, sem nenhuma ou pouca significância conceitual, ela precisa estar conectada com o mundo hoje, além da realidade pessoal do aluno, isto é, caberá ao professor achar a melhor forma de associar os filósofos dos interesses dos alunos, pois sem isso, qualquer possibilidade de satisfação com a filosofia educacional se tornará estéril. Porém, cremos que nosso desejo seja o que Moraes (2012, p. 193) explicita como sendo o papel da escola, e nisso faz parte também o trabalho da filosofia:

A escola pode assumir um papel decisivo na formação da opinião pública. A política e o direito devem estar a serviço dos interesses públicos, e não o contrário. A escola pode desmitificar, desvelar e esclarecer as coações e as manipulações ideológicas da ordem. É preciso formar educadores e educandos segundo os parâmetros de uma moral pós-convencional, isto é, baseado em princípios.

Além disso, devemos arriscar em propor que a filosofia produza cidadãos que possam interferir no mundo, como Platão sugeriu que todos tivessem as condições de filosofar para bem governar. A disciplina de filosofia não pode sozinha realizar a transformação da sociedade e do mundo, mas com certeza sem ela tampouco o mundo se tornará melhor, afinal, quem nas escolas, além da filosofia pensam na política e participação do povo? Talvez mais a sociologia também, mas que necessita da filosofia como complemento para o entendimento conceitual da questão política e democrática. A disciplina, fornecendo os recursos para que o aluno desperte seus pensamentos para seu lugar no mundo, fazendo parte de uma sociedade, de um Estado democrático, constituindo um conjunto de outras pessoas, e lhe fazendo sentido os preceitos morais dessa ampla integração, se isso ocorrer, está então funcionando um pensar autônomo. Mas, não podemos perder de vista que os currículos escolares e o programa da disciplina de filosofia devem prever estes objetivos, porque após caberá às metodologias de ensino colocarem em prática esse processo. Diante disso, consideramos o que Ramos (2007, p.212) nos contribui sobre a participação da escola na formação dos alunos:

A educação escolar ajuda a formar, para além da esfera imediata do sentimento e do amor familiar, uma personalidade que, pela mediação de mecanismos de alteridade que a cultura produz, se eleva à esfera da universalidade concreta da cidadania. Por isso, a escola deve oferecer ao educando situações pedagógicas de um reconhecimento não excludente, pelas quais ele educa o seu espírito e está apto a integrar as instâncias éticas que representam a sua verdadeira natureza. Mas isso é feito com trabalho e disciplina.

O sentido individualizante de como as escolas procedem com o ensino é o que talvez atrapalhe os resultados efetivos que se esperam. Ninguém fala no esclarecimento das pessoas por meio da educação, isso fica restrito a nós da filosofia, quando muito ao grupo das ciências humanas. Mergulhados nas concepções do cientificismo, as demais disciplinas das escolas trabalham isoladas. O resultado é frequentemente a frustração. Então, para que tenhamos chances de realizar uma educação que desenvolva de fato a razão dos alunos, é preciso que as disciplinas, junto da filosofia aprendam a se integrar, a ver o humano como humano, o aluno como ser humano; além de conseguirem criar pontes de conexão entre seus saberes, mas tudo permeando o objetivo de esclarecer, não apenas de transmitir termos técnicos e frios, sem ligação com a realidade próxima dos alunos. Assim, Martha Nussbaum (2015, p.45) desenvolve uma boa concepção do sentido de formação que, tanto a filosofia quanto as demais disciplinas escolares, fazendo parte da instituição de formação, precisa promover aos alunos:

O que as escolas podem e devem fazer para criar cidadãos em e para uma democracia saudável? A) Desenvolver a capacidade dos alunos de ver o mundo do ponto de vista dos outros, especialmente daqueles cujas sociedades tendem a retratar como inferiores e como “meros objetos”; B) Ensinar posturas com relação à fragilidade e impotência humanas que sugiram que a fragilidade não é algo vergonhoso e que precisar dos outros não significa ser fraco; ensinar as crianças a não ter vergonha da carência e da incompletude, mas que as percebam como oportunidades de cooperação e de reciprocidade; C) Desenvolver a capacidade de se preocupar genuinamente com os outros, tanto com os que estão próximos como com os que estão distantes; D) Combater a tendência de evitar os diversos tipos de minoria manifestando asco e considerando-os “inferiores” e “contaminantes”; E) Ensinar coisas reais e verdadeiras a respeito de outros grupos (minorias raciais, religiosas e sexuais; pessoas portadoras de deficiência), de modo a conter os estereótipos e o nojo que muitas vezes os acompanha; F) Promover o sentimento

de responsabilidade, tratando cada criança como um agente responsável; G) Promover ativamente o raciocínio crítico, a competência e a coragem que ela exige para manifestar uma opinião discordante.

Temos aí aspectos de relevância para que uma educação tenha as condições de desenvolvimento racional, pessoal, integrador, progressista e esclarecedor. Nussbaum expõe pontos que temos que voltar nossas atenções na construção de um novo modelo de escola, de disciplinas, de educação.

5 O PROFESSOR E METODOLOGIAS DE ENSINO

Quanto à formação do professor de filosofia, apto para realizar um bom trabalho em filosofia política junto de seus alunos, é fundamental que ele tenha uma boa base teórica de diferentes linhagens que abordam a filosofia política, de modo que possa repassar aos aprendizes uma visão mais ampla dos conceitos em política, para que assim não se dê uma compreensão restrita e unilateral dessa dimensão que, por si só, já é muito ampla. O professor de filosofia tem toda a liberdade de em sala de aula, tratar a política por uma linha que lhe pareça mais confortável ao desdobramento do assunto, ou que apresente coerência com a realidade em que vivemos, que julgue necessário os alunos se fazerem conhecer e discutir determinadas concepções, estimulados e desafiados a pensar sobre. Recomenda PARANÁ (2008, p.54):

Dada a sua formação, sua especialização, suas leituras, o professor de Filosofia poderá fazer seu planejamento a partir dos conteúdos estruturantes e fará o recorte – conteúdo básico – que julgar adequado e possível. Por exemplo: para trabalhar os conteúdos estruturantes Ética e/ou Filosofia Política, o professor poderá fazer um recorte a partir da perspectiva da Filosofia latino-americana ou de qualquer outra, tendo em vista a pluralidade filosófica da contemporaneidade. Importante é que o ensino de Filosofia se dê na perspectiva do diálogo filosófico, sem dogmatismo, niilismo e doutrinação, portanto sem qualquer condicionamento do estudante para o ato de filosofar.

Devemos lembrar que o aprendizado implica a formação, e queremos que nossos alunos, quanto pessoas, recebam a melhor formação possível, para que alcancem o esclarecimento necessário diante do mundo em que vivemos, compreendendo todo o contexto que o envolve. Assim, aos poucos, mediante um trabalho construído diante da leitura de textos da filosofia política, e tratando de um paralelo entre o que se lê e os fatos da política contemporânea, possivelmente conseguiremos despertar nos alunos um trabalho de racionalização sobre o tema e seus conceitos de forma autônoma. Para este esclarecimento porém nada mais exige senão liberdade. E a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar

de liberdade, saber: a de fazer uso público de sua razão em todas as questões (Kant, 1999, p.104).

Importante dizer que, isso se contrapõe ao que os governos chamam de “ideologização” ou de “tendências partidárias” nas salas de aula; argumento esse que levou a criarem o movimento “escola sem partido”, que nada mais é do que uma tentativa de limitar justamente o processo de ensino em política, capaz de despertar a consciência dos alunos para uma racionalidade mais prática, isto é, contestadora e militante, mas que, diferentemente do que eles acusam, seria por intento próprio, pois com a educação buscaremos inclusive dar ao aluno a possibilidade de pensar por si, de ser autônomo, isso é a construção da maioria kantiana, fazer uso livre de sua razão. O movimento escola sem partido desfere sobre a educação – e diretamente sobre o trabalho da filosofia – um ataque que tenta de forma dissimulada silenciar a sublime tarefa de esclarecer, de libertar as mentes para o uso da própria racionalidade diante do mundo, como diz Ramos (2007, p.201) “o homem esclarecido realiza a íntima conexão entre a cultura e a autonomia moral e cognitiva com o objetivo de libertar-se das amarras da ignorância. “Sair da sua minoridade”. Esse deve ser o lema para alcançar a independência moral e intelectual, e a educação deve ajudar a promovê-lo”.

O professor necessita também, manifestar interesse e acolhimento pelos posicionamentos, concepções, ideias e até mesmo julgamentos que os alunos venham a demonstrar sobre os aspectos da política, de modo que possa contribuir para uma maior relevância que incorpore discussões e debates. A articulação entre os conceitos da filosofia política e das experiências dos alunos que ascende às discussões, mediante ao trabalho dos professores como mediadores dessa formação, contribuirá nos avanços diários na disciplina de filosofia. Um fator determinante para o sucesso é promover oportunidade e liberdade de expressão dos alunos, para que assim eles manifestem interesse na participação e desenvolvimento de sua expressão, delineadora e fundamental para o desenvolvimento da autonomia. Sugerem Gallo, Guido e Kohan (2013, p.120):

O professor pode organizar suas aulas, utilizando textos dos próprios filósofos (fontes primárias) e/ou de comentadores (fontes secundárias), bem como uma série de materiais de apoio, como vídeos, músicas, textos literários, histórias em quadrinhos, imagens,

etc. A ideia principal, é que os conhecimentos de filosofia não sejam apresentados historicamente, como se eles se justificassem por si sós.

Importante ainda, é dizer que junto da condução do professor nos trabalhos do ensino em filosofia política, retomamos à questão do currículo, que deve prever esse tipo de formação, dando suporte na promoção e valoração desses saberes conceituais, estimulando o seu aprendizado. A participação do mestre consiste em ajudar o aluno a aprender a filosofar, estimulando-o a exercitar a sua capacidade cognitiva como um instrumento racional autônomo de investigação da verdade (Ramos, 2007, p.201). Dessa forma, o professor poderá realizar um trabalho de fato didático-pedagógico que não está fora do currículo da disciplina e da grade da escola, tanto que as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (DCE) preveem como conteúdo básico da disciplina de filosofia o eixo da filosofia política. Caberá ao professor adequar, como já falamos anteriormente, o que é melhor desenvolver com os alunos: os autores e linhas do pensamento filosófico sobre a política.

As metodologias que podem ser utilizadas para esse tipo de ensino não são novidades como recursos nas aulas de filosofia. Podemos dizer que a diferença está em como será feita a abordagem temática do professor aos alunos, o que requer dele – o professor – uma habilidade didático metodológica para a efetiva inserção dos assuntos e da qualitativa aprendizagem dos alunos. Diversas são as possibilidades didáticas de trabalho do professor: aulas expositivas, seminários, estudos de textos, pesquisas orientadas, debates em grupos, etc. (Gallo, Guido e Kohan, 2013, p.120). Não podemos perder de vista que o objetivo que nos propomos aqui é o despertar da racionalidade dos alunos, o desenvolvimento de sua autonomia e emancipação por meio do esclarecimento que a aprendizagem lhes confere. Os alunos precisam se sentir acolhidos, por isso seus anseios de discussão e interesse devem ser atentamente captados pelo professor, fazendo as adequações didáticas necessárias para satisfazer essa necessidade, que é primordial para o sucesso do ensino. Essa ambientação de acolhimento tem a ver com o que Adorno (1995, p.167) considera como sendo importante para ir à direção oposta à barbarização:

Contudo, creio que justamente as crianças que são anêmicas no sentido das concepções vigentes dos adultos e também dos pedagogos, as chamadas plantas de estufa, com as quais foi exitosa já precocemente como que uma sublimação da agressão, serão também como adultos ou como adolescentes aqueles que são relativamente imunes em face das agressões da barbárie.

Muitas vezes, o que não é raro, e facilmente perceptível, é que a escola, perdendo o sentido do seu trabalho de formação, se vê como uma instituição onde o processo de ensino e aprendizagem se reduz às ditas “apropriações do conteúdo (conhecimento)”. Essa é uma definição pedagógica que muito se escuta por aí, mas para nós filósofos, o entendimento de formação e de construção do conhecimento não se dá por mera aquisição de conceitos científicos, tratando muitas vezes os alunos como iguais no pleito do desenvolvimento e ignorando suas necessidades particulares, cassando sua liberdade e desrespeitando sua identidade como humanos de necessidades plurais. Talvez aqui esteja uma das razões do insucesso da educação, que se degrada nos problemas da sociedade, pois ela se torna insuficiente para converter a minoridade em maioria, não possibilita o esclarecimento e tampouco a emancipação dos alunos; que não são máquinas, mas seres humanos. Pensemos sobre isso através de Arendt (2014, p.289):

Ao mesmo tempo, toda pretensão, na esfera dos assuntos humanos, a uma verdade absoluta, cuja validade não requeira apoio ao lado da opinião, atinge na raiz mesma toda a política e todos os governos. Esse antagonismo entre verdade e opinião foi elaborado por Platão (especialmente em Górgias) como o antagonismo entre a comunicação em forma de “diálogo”, que é o discurso adequado à verdade filosófica, e em forma de “retórica”, através da qual o demagogo, como hoje diríamos, persuade a multidão.

Nisso, pautando as metodologias do professor de filosofia, está primeiramente o reconhecimento dos alunos como humanos, e fornecendo uma aprendizagem por meio de uma aula leve e tranquila – no sentido do ensino e da aprendizagem estar facilitados – que não apresente traumas, mas que possa demonstrar aos alunos que o conhecimento é o que nos liberta, e que sim, transforma o mundo, esperamos, para melhor. O desenvolvimento de aulas com metodologias expositivas, oportunizando a oralidade, são práticas positivas que auxiliam no desenvolvimento e

preparação dos alunos para agirem na sociedade, além de melhor inclusive suas relações pessoais.

A sala de aula em filosofia não pode ser mais um cativeiro para os alunos, um ambiente de sofrimento e de angústia, onde o processo de ensino é mais uma tortura sem significado aparente, e que ir até aquele espaço é uma obrigação penosa. As aulas de filosofia, inclusive no tratado da política, podem ser diversificadas por prazerosas conversas, utilizando como recursos dinâmicas, que aproximam os presentes, de forma dialógica, sendo um convite à reflexão e expressão, assim como contribui Ramos (2007, p.202) com essa perspectiva:

Se há uma disposição natural para atividade do pensar, o seu livre exercício é o melhor instrumento para a produção do conhecimento. Assim como se aprende a nadar nadando, a andar andando, assim também se aprende a pensar pensando. Essa disposição necessita ser cultivada com a ajuda de um mentor, de um mestre que, ao proceder socraticamente, induz o educando a pensar por si mesmo sem a ação inibidora da tutela.

A leitura e a escrita podem ser instrumentos que envolvidos nas aulas, contribuem para o próprio desenvolvimento dessas habilidades. E chamamos a atenção para que, não falamos em qualquer escrita, mas sim, em dissertações de posicionamento autêntico, com criticidade, desenvoltura, articulando conceitos estudados e o produto de suas reflexões íntimas. O professor é condutor destas atividades, ele precisa levá-los didaticamente, e a repetição desses exercícios acaba por fim desenvolvendo os jovens em variadas competências, da escrita e leitura, até a construção de bons argumentos. Mais do que se “apoderar” de conceitos, a construção do conhecimento deve se dar em condições de naturalidade na interação entre colegas e com o professor, daí a importância de sairmos do uso tradicional de metodologias arcaicas de acrisolamento, adotando uma postura mais próxima dos alunos. Sobre isso, comenta Adorno (1995, p.177):

Afirma-se que não tem sentido uma escola sem professores, mas que, por sua vez, o professor precisa ter clareza quanto a que sua tarefa principal consiste em se tornar supérfluo. Esta simultaneidade é tão difícil porque nas formas de relacionamento atuais corre-se o

risco de um comportamento autoritário do professor estimulando os alunos a se afastar dele.

Uma boa didática-metodológica que os professores podem adotar, e que sem dúvida aproximará a todos, é nesse olhar mais humano, os professores falarem a linguagem popular da juventude, isto é, adentrar e acompanhar seus interesses, que podem servir para exemplificar conceitos mais complexos e técnicos da ciência, inclusive. Isso servirá para que os próprios alunos criem a ponte racional entre o real e o conceitual. Assim é também, nos saberes sobre a política. Eles precisam ver que os conceitos não lhes são distantes; pelo contrário, mais próximos, e fazem parte de nossas vidas no dia a dia. Aderir a métodos de ensino que priorizem as interações: professores, alunos e colegas. Segundo PARANÁ (2008, p. 38), é importante saber que:

A preocupação maior com a delimitação de metodologias para o ensino de Filosofia é garantir que os métodos de ensino não lhe deturpem o conteúdo. A ideia de que não existem verdades absolutas em conteúdos como, por exemplo, moral e política, é tese defendida com frequência por filósofos. Ocorre que essa discussão, ao ser levada para o ensino, torna inevitável o estranhamento que a ausência de conclusões definitivas provoca nos estudantes.

Como tratar de política pode ser em determinados ambientes um tanto delicado – observamos isso atualmente na situação do Brasil – a antipatia e disposição para tratar do tema pode ser ainda mais adversa e causar, ao invés de atração e interesse, repulsão. Queremos proporcionar um sadio ambiente para construção do esclarecimento racional, não intensificar a barbárie. Desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação hoje em dia. O problema que se impõem nesta medida é saber se por meio da educação pode-se transformar algo de decisivo em relação à barbárie. (Adorno, 1995, p.155). Lembramos aqui, que o professor, na medida que vê o seu trabalho como contribuinte ao esclarecimento, precisa ter em mente que a aversão à barbárie deve acompanhar o processo de ensino, logo, encaminhar os alunos no sentido oposto a essa condição. A barbárie faz parte do estado de minoridade dos humanos e, não poderia ser diferente, está impregnando

os meios políticos, deturpando o estado da democracia. Tudo isso tem a ver com a filosofia e o trabalho metodológico do professor. Utilizamos o que diz Adorno (1995, p. 165) mais uma vez sobre essa questão:

Com a educação contra a barbárie no fundo não pretendo nada além de que o último adolescente do campo se envergonhe quando, por exemplo, agride um colega com rudeza ou se comporta de um modo brutal com uma moça; quero que por meio do sistema educacional as pessoas comecem a ser inteiramente tomadas pela aversão à violência física.

Por isso, parece que seguindo o caminho da maiêutica socrática, pode contribuir significativamente para um aprendizado construtivo e de equilíbrio. O objetivo de tal ensino é fazer com que os alunos se tornem maiores, com autonomia para pensar e para agir no mundo, sobretudo de forma política, com respeito à sociedade, emancipados, que não pode ocorrer essa aquisição sem a fundamental participação do professor, da educação e da filosofia.

6 APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: UMA SOCIEDADE MAIS ESCLARECIDA

Já mencionamos que a atual constituição das escolas, bem como a organização dos conhecimentos em conteúdos, blocos e formatos, as estruturações curriculares, nem sempre estão ao lado do progresso, no nosso caso, favorável ao esclarecimento da razão humana. Como as bases da atual educação não repousam sobre a intencionalidade de educar para libertar as consciências, mas sim para produzir força de trabalho, através do estímulo de competências técnicas – uma verdadeira ‘forma’ção condicionada – que tem como um só objetivo: sustentar o sistema vigente; e que é preciso alertar que os problemas políticos e sociais, verificados em todas as direções da sociedade, afetando nossa existência, vem desse problema formativo. Nussbaum (2015, p. 35) nos chama atenção para isso dizendo que “portanto, as origens da hierarquia social estão profundamente enraizadas na vida humana; o “choque interior” nunca pode ocorrer somente no âmbito da escola ou da universidade, mas precisa envolver a família e a sociedade num sentido mais abrangente”.

As disputas de poder, hegemônicas no espaço político, legislativos da vida humana, estão contaminados por um sentimento capitalista que é nada virtuoso. Devido a esse interesse de exploração, as camadas populares dos países não terão nunca esclarecimento, em suas próprias condições existenciais, nem mesmo na compreensão e leitura do mundo, quem dirá ter autonomia para interferir nele. Aqui, Arendt (2014, p.225) se faz pessimista, dizendo que:

A educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados. Quem quer que queira educar adultos na realidade pretende agir como guardião e impedi-los de atividade política. Como não se pode educar adultos, a palavra “educação” soa mal em política; o que há é um simulacro de educação, enquanto o objetivo real é a coerção sem o uso de força.

Não podemos esperar que venha da própria instância política a origem da resolução das falhas e dos problemas educacionais, que fará de seu processo emanar as aprendizagens conduzintes ao esclarecimento. A sobrecarga – e única

saída – é despejada sobre os ombros daqueles que pensam e fazem a educação acontecer de fato: os pensadores da educação, os gestores, e talvez mais que qualquer um, os professores, que detêm em suas mãos a didática e as metodologias para fazer o processo acontecer. Mas, diante de uma série de condições que implicam no trabalho do professor, que não trataremos aqui, a possibilidade de se deturpar esse objetivo que é o de esclarecer, também é afetado, pois demanda vontade de se fazer; e nos diz Kant (2013, p.100) sobre isso:

A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma direção estranha, constituem, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida. São também as causas que explicam porque é tão fácil que os outros se constituam em tutores deles. É tão cômodo ser menor.

Uma aprendizagem significativa, em prol do esclarecimento emancipatório, partiria da fervorosa intencionalidade do professor, como principal agente da formação humana, em ver os seus alunos crescerem, não apenas como profissionais, mas como seres humanos, capazes de multiplicar esses conhecimentos esclarecedores a quem lhes é próximo. A formação humana, a partir da filosofia política, precisa tratar aspectos como as virtudes e os vícios que os humanos estão facultados a se inclinar, afetando nossas vidas em particular, assim como a política que se faz e que se pensa. Um estudo que possibilite, a distinção racional entre o bem coletivo e o bem individual, deste último, afasta-los da predominância, pois a ganância humana, aliado ao exclusivismo do pensar no bem individual podem conduzir a corrupção. Pensando a partir de Nussbaum (2015, p.40):

Uma vez mais, então, podemos perceber como é crucial que as crianças não aspirem ao controle nem à invulnerabilidade, situando suas perspectivas e possibilidades acima da sina comum da vida humana; mas que, em vez disso, aprendam a reconhecer nitidamente os modos pelos quais as fraquezas humanas são experimentadas num amplo conjunto de circunstâncias sociais, compreendendo como diferentes tipos de organizações sociais e

políticas afetam as vulnerabilidades compartilhadas por todos os seres humanos.

Precisamos pensar em uma educação que atue também num viés profilático, de modo a evitar que gerações a gerações a corrupção se propague, um verdadeiro adoecimento na política, ainda mais na contemporaneidade.

A educação precisa ser civilizatória, e civilidade combina muito com postura política, para todos os cidadãos. Impossível isto sem o esclarecimento necessário. Se refletirmos sobre isso, temos uma dimensão do problema: como corrupção na política global parece ser algo comum, notemos que o esclarecimento não se demonstra na política das nações, de modo geral. Pois Kant diz que a maioria segue caminho contrário à dominância do instinto, na menoridade; e principalmente no Brasil, quando observamos as sessões parlamentares, facilmente detectamos um amontoado de barbaridades. Novamente Nussbaum (2015, p.45) nos convida à reflexão quando diz que:

As escolas são apenas uma das influências sobre a mente e o coração em formação das crianças. Grande parte da tarefa de superar o narcisismo e desenvolver a preocupação com os outros tem de ser feita dentro da família. Além disso, os relacionamentos no interior da cultura de iguais também desempenham um papel influente. No entanto, as escolas podem reforçar ou sabotar as realizações da família, as boas e as más. Elas também podem moldar a cultura de iguais. O que elas oferecem por meio do conteúdo curricular e da pedagogia pode afetar bastante o desenvolvimento mental das crianças.

O ensino de filosofia precisa trabalhar com o real da existência humana, ir para além do puro tratado dos conceitos, como uma educação bancária. Ela precisa fazer significado na vida de todos, estimulando a racionalidade para pensar nas possibilidades de ação que viabilizem uma condição existencial melhor para todos, um convite para o trabalho revolucionário de nossa realidade, para construção de novos modelos. O educador não deve, também, transformar o educando em mero depositário de informações, pois, o efeito passivo de acúmulo do conhecimento com

pretensões meramente eruditas desestimula o homem a pensar por si mesmo, além de torna-se um saber pedante e estéril (Ramos, 2007, p.203).

Pode parecer uma utopia considerar que através do ensino da filosofia política um resultado tão grandioso como o esclarecimento, venha a surgir, mas precisamos acreditar que essa é uma possibilidade, que acarreta muitas outras consequências, como uma cascata de efeitos, quem sabe seja esse um primeiro passo, dentro de nossas possibilidades de execução. É preciso dar qualidade ao ensino, para que daí surja uma aprendizagem significativa, que reverbere na vida das pessoas. Pensamos assim, seguindo o que Ramos (2007, p.213) nos diz a respeito dessa formação e o seu desenvolvimento:

A inserção do indivíduo na universalidade é propiciada pelo trabalho da cultura (*Bildung*) que se perpetua como sua “segunda natureza”, mas cujo objetivo último é a integração pacífica e voluntariosa do indivíduo como bom cidadão na esfera da vida ética e política. A consciência desta segunda natureza é o resultado do trabalho da educação e da cultura, e constitui a própria essência do indivíduo que ele reconhece como sua, e que está presente no aspecto objetivo da liberdade nas instituições éticas e políticas da *Sittlichkeit* (eticidade).

Voltamos ao ponto em que tal ensino requer uma linguagem dinâmica, e que faça parte da experiência dos jovens que estão nas salas de aula; fora disso, os resultados podem ser pequenos e insatisfatórios. A participação dos alunos nas propostas metodológicas é ponto crucial para que qualquer objetivo seja atingido com a educação. Sem a vontade em aprender as dificuldades são imensas. Hoje, como o sistema não é favorável a isso, notamos que uma grande coletividade tem o que chamamos de “aversão à teoria”, e com isso vem a desvalorização das humanidades, sua incompreensão e menosprezo. Tudo isso viabiliza que, males como a corrupção humana e a barbárie se adentrem no desempenho da atividade política, cujos agravos se disseminam para todas as direções da sociedade.

O desenvolvimento de uma educação com significados plausíveis, progressistas, que sejam edificantes para toda a nação, precisa conter “vida”, humanidade, e isso não se faz sem a presença dos mesmos elementos na prática da política, que gerencia toda a organização social. Nas escolas, o ensino não pode

se restringir a entrega de conteúdos dispersos, conceitos sem relações, é algo a mais, devem ser demonstrados aos alunos que tudo que estudamos faz parte de nós e do mundo, e sem esses conhecimentos, a consciência humana não está muito longe da racionalidade instintiva animal. Os pensadores do ensino de filosofia sugerem que oportunize aos alunos a autonomia racional, isto é, que eles próprios criem e pensem em seus problemas filosóficos, com o auxílio do professor nessa atividade. Vejamos o que dizem Gallo, Guido e Kohan (2013, p.121):

A abordagem problemática é menos conhecida entre nós. Sua fundamentação está baseada no princípio de que o pensamento filosófico é produzido sempre a partir de problemas, são eles que mobilizam o pensamento e levam cada filósofo a criar seus conceitos. Uma abordagem problemática do ensino de filosofia procura organizar os conteúdos a serem trabalhados de modo a explicitar problemas que fizeram os filósofos pensar e produzir seus conceitos (...) e pode ser uma maneira de o professor de filosofia estimular os estudantes a fazerem, também eles, a experiência do pensar filosófico.

Com isso, retomamos a algo que falávamos no início: precisamos recobrar alguns aspectos da formação, em essência, da educação da antiguidade grega; da destinação da humanidade, a fim de recobramos – ou adquirirmos – a sanidade sobre nosso lugar nesse mundo, sobre nossa existência no plano da racionalidade e da humanidade, para que a política seja atividade de todos, e que saudável é, se a fazer com esclarecimento e compromisso, perante si e o coletivo, pois democracia e política, implica pensar, é para ser para o bem de todos; chegou a hora de fazer isso acontecer. O professor pode, e deve, promover nas salas de aula esse exercício, utilizando para isso, indicamos, o diálogo, as discussões conceituais, sem, no entanto, desprezar como os alunos se expressam.

Desfazer a concepção tradicional de quê, uma educação, cujo ensino é quantitativo, pelo volume que se despeja de conceitos sobre os alunos, e que depois cobramos novamente, em desculpa de apropriação, através de nossos testes, é uma ilusão e também uma contramão ao sentido do esclarecimento e desenvolvimento da autonomia. Os conteúdos, em aprendizagem significativa, não precisam ser suprimidos dos currículos, mas sim rearranjados metodologicamente de modo que sua incorporação na racionalidade se dê como forma facilitada, mais uma vez, a

dialogicidade favorece isso. Uma aprendizagem sem sofrimento, possibilita uma aprendizagem mais flexível e possível, ao passo que um ensino rígido pode ocasionar não uma aprendizagem, mas sim traumas e frustrações, garantias de insucesso. Para Gallo, Guido e Kohan (2013, p.121):

Em uma “sociedade pedagogizada”, o papel, do mestre é central: é ele quem coloca os problemas, é ele quem nos desafia a resolvê-los, é ele quem julga falso ou verdadeiro o resultado a que chegamos. Numa tal sociedade, somos tratados como escravos: como aqueles que não têm o direito ao pensamento próprio, ao próprio juízo. A relação pedagógica assim concebida é embrutecedora, pois mantém um grupo social em dependência explícita e permanente de outro grupo, o dos mestres explicadores.

O que pode encaminhar o processo em outra direção são as metodologias que o professor emprega nesse empenho, e o melhor caminho parece estar num ambiente onde, a rigidez deve ser trocada pela liberdade e respeito, ainda mais que, a filosofia política, irá apresentar aos alunos seus conceitos, suas versões através das diferentes linhas estão em compara-las com os diversificados contextos de nossa realidade presente; mas, tudo contribuirá para o trabalho autônomo do aluno; ele deve processar essas informações e pensar no mundo que ele quer viver e quer que seus próximos, assim como o resto da humanidade, tenham disponível para existirem. Infelizmente, temos sistemas de educação que não priorizam tanto o aluno como poderia, não colabora muito com seu crescimento, pois pauta-se nos conteúdos por assimilação e decorebas, disso temos que fugir na filosofia, principalmente se o objetivo é progredir no esclarecimento. Este modelo vigente mantém um grupo como crianças permanentes, como escravos perpétuos, a eles não é permitido experimentar os próprios problemas, verdadeiros problemas, mas apenas os problemas falsos impostos pela palavra de ordem do mestre explicador (Gallo, Guido e Kohan, 2013, p.121).

Modelos de ensino, que combinam o conhecimento teórico, com a aplicabilidade prática, ampliam a compreensão dos alunos, criando pontes entre o estudado e o possível de ser feito. Investir em propostas que desenvolvam a oratória dá a eles oportunidade de construir o discurso, muito importante na filosofia, e também na política. “Os que possuíam dons de oratória associados ao

conhecimento dos negócios públicos, os hábeis no raciocinar e no usar a voz e o gesto, estes é que obtinham ascendência sobre o auditório, impunham seus pontos de vista através da persuasão retórica e lideravam as decisões” (Platão, 1999, p. 7). Para construírem seu próprio discurso, os alunos precisam saber o que dizer (conhecimento conceitual) e desenvolver a transmissibilidade desse saber, muitas vezes com o artifício da eloquência argumentativa. Ramos (2007, p.210) pondera que, nesse caminho:

Só se aprende a filosofar quem possui pensamentos, os quais constituem o objeto da filosofia. Esta contém conteúdos verdadeiros que ela “reivindica como *forma* própria do seu empreendimento”. Por isso, é de vital importância para quem quer exercitar o pensamento receber estes conteúdos especulativos já elaborados pelo espírito, e fazer deles o seu próprio pensamento, o que é possível pela mediação dos procedimentos pedagógicos de aprendizagem.

Então, para que os alunos não neguem sua auto capacidade de desenvolvimento filosófico, atrofiando seu aprendizado e capacidade de expansão nas habilidades como oratória – mais tarde, de participação social – precisamos tornar frequentes formas de ensinar que não seja o tradicional, pensando em como tornar a filosofia nas escolas qualitativamente melhor, uma atenção para o que dizem Gallo, Guido e Kohan (2013, p.126), que nos indicam um bom caminho para isso:

Para um ensino de filosofia centrado no problemático, uma “pedagogia do conceito”, parece um caminho viável. A experiência do problema tem uma importância fundamental. Significaria um maior investimento na problematização, isto é, na colocação dos problemas mais do que nas soluções. Não que o produto do pensamento (o conceito) não seja importante; mas sua produção só será possível pela vivência do problema, e é importante que a produção de conceito não seja conclusiva, mas instigadora de novos problemas.

Os filósofos reforçam o que estamos dizendo, que a melhor forma de crescimento dos alunos pelo ensino, é dando a eles liberdade para pensarem, criarem, explorarem sua própria razão, nas múltiplas possibilidades de percorrer o

caminho do conceito, sem desapegar da filosofia, do que aprendemos. A autonomia que pretendemos nasce a partir disso. Os alunos conhecem a filosofia a partir dos estudos da filosofia dos filósofos do passado, que serão uma porta aberta para o seu raciocínio, que é a atividade filosófica da criação conceitual. O melhor é que, na chamada “pedagogia do conceito”, os alunos não são forçados nem conduzidos a reproduzirem ideias de outros, pois o interessante é que eles próprios executem essa atividade.

O exercício do raciocínio nesse modelo vai aos poucos esclarecendo os alunos, mediante ao conhecimento que adquirem dos estudos da filosofia, e de toda a dinâmica metodológica desse mecanismo, isto é, das dinâmicas, das interações, da oratória e do discurso que constroem, em tudo se aprende um pouco. Essa importância retorna para todo o desejo que se tem com o ensino e aprendizagem dentro do campo da filosofia política, pois como diz Platão (1999, p.7) “a eloquência tornou-se, assim, uma verdadeira potência em Atenas; sem ter necessidade de nenhum título oficial, o orador exercia uma espécie de função no Estado. Se além de orador era um homem de ação – como Péricles –, tornava-se, durante algum tempo, o verdadeiro chefe político”. Importante frisar que essa eloquência deve-se fazer com responsabilidade e verdade.

Por fim, precisamos dizer que a aprendizagem significativa é aquela que corresponderá aos anseios da sociedade, das necessidades do nosso tempo, que afastem as crianças e os jovens do risco das corrupções, que eles possam ser participativos na democracia, não tutelados por outrem, mas sim, autônomos em sua própria racionalidade, como afirmam os filósofos Gallo, Guido e Kohan (2013, p.125):

A emancipação intelectual, ao contrário, consiste no exercício do direito aos próprios problemas, na experimentação sensível dos problemas singulares. Apenas com isso será possível experimentar um pensamento original, que seja engendrado no próprio ato de pensar. Experimentar os próprios problemas: eis a única condição para o exercício do pensamento próprio, de um pensamento autônomo não tutelado, não pré-determinado.

Que as pessoas tenham compromisso com todo o conjunto social, exercendo ou não cargo político, e que se assim o for, essa representação se faça da forma mais compromissada com o bem de todos, elevando sua conduta aos patamares da verdade, sempre procurando ampliar seu esclarecimento. Emancipado, trabalhe para emancipar aqueles que ainda não alcançaram os ares da liberdade da razão, e não veem ainda a luz da justiça, compreendendo-a.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossa exposição, procuramos ressaltar a importância da filosofia política na manutenção da sociedade, no fortalecimento da democracia, no progresso da estrutura coletiva, no desenvolvimento da vida humana, no crescimento intelectual através do exercício da razão, granjeando condições para se atingir um esclarecimento existencial de si e do mundo, e de todas as dimensões que a isso se aplica. Na medida em que o ser humano cresce no seu próprio esclarecimento, surge então a conversão da minoridade na maioria que Kant formaliza; correspondente à maioria, os humanos adquirem autonomia sobre seu próprio pensamento, e isso lhes confere a emancipação do cativeiro mental, próprio da condição de infância da minoridade.

Característico da natureza humana, a barbárie é presente nos pormenores instintivos da espécie, que somente a educação pode extirpar de nós. Essa expressão de brutalidade animal se manifesta em todos os ambientes, e no meio político não é exceção. As consequências que derivam desse pequeno desenvolvimento racional só podem produzir efeitos de pouca benesse coletiva, afetando o bem estar das democracias. No Brasil isso é bastante evidente, todos os dias podemos ver nos noticiários, além das confusões que fazem nas decisões que empregam em prol do direito social. Assim, é preciso empenhar forças que evitem que isso se perpetue na política e em meio à sociedade. “Considero tão urgente impedir isto que eu reordenaria todos os outros objetivos educacionais por esta prioridade” (Adorno, 1995, p. 155). Pensamos aqui sobre os rumos que se dá na estrutura de nossa educação, e também na disciplina de filosofia, colaborativas ao fim que pretendemos: esclarecer! E refletimos sobre o que chama atenção Abrão (1999, p.465):

Convém que o Governo ao menos uma vez lance os olhos sobre a mocidade, que faça ensinar nas escolas uma Moral pura, uma filosofia sã, e nutra o sentimento do amor divino. Estas palavras do célebre poeta romântico Gonçalves Magalhães são quase um programa de filosofia para o Brasil (...) procurava conciliar o que houvesse de ‘razoável’ e ‘sem excessos’ em todos os sistemas filosóficos, Magalhães busca desse modo associar a filosofia a um projeto global de construção, pela educação, do homem moral e cívico.

A educação, ao que parece é a única forma de combater o que está aí exposto, e evitar que no futuro esse quadro de agrave. Ou seja, utilizando a educação, precisamos lidar com os fatos que ocorrem na política, e ensinar os jovens para que não repitam os erros dos mais “experientes”. Que atinjam a maioria, sem reproduzir a minoria dos adultos. Para isso, argumentamos alguns problemas da sociedade que se manifestam na política, atrapalhando o caminho da democracia. Um desses problemas é a falta de verdade nos discursos políticos, substituída pelo artifício pernicioso da mentira, uma retórica persuasiva e ludibriante, que servem como instrumento da dominação e do poder. “Jamais a exigência de ética esteve presente tanto quanto hoje nos debates e nas iniciativas políticas, por razões que adicionam seus efeitos e conjugam a evolução dos dados de fato juntamente com as mentalidades” (Canto-Sperber, 2013, p. 810).

Mas o trabalho da educação está todo na importância do desenvolvimento da racionalidade humana, sem o qual não se pode esclarecer ou emancipar. Para que esse processo ocorra, a educação e seus diversos tipos de ensino precisam estar afinados pelo desejo de fomentar a libertação da mente humana, para que aí sim, de forma autônoma, desempenhem melhor conduta na política. “O uso público de sua razão deve ser sempre livre e só ele pode realizar o esclarecimento entre os homens. O uso privado da razão pode porém muitas vezes ser aquilo estreitamente limitado, sem contudo por isso impedir notavelmente o progresso do esclarecimento.” (Kant, 1999, p.104). Mas só o desejo da emancipação não é o suficiente para que as pessoas assim se tornem; primeiro que o processo requer tempo, segundo que há a necessidade de toda uma estrutura dessa educação: currículos, formação e preparação dos professores, recursos e materiais didáticos, etc. Mesmo dispondo de todas essas condições, ainda é preciso que o professor, parte chame nesse papel de esclarecer, escolha os melhores métodos que combinem com essa demanda. A vontade do mestre em desenvolver seus alunos é um fator também crucial, para que não adentre no campo do conforto reprodutivista (o reprodutivismo de conteúdos).

Esclarecimento, política e emancipação são conceitos chave que pretendíamos abordar nessa explanação teórica. Mais do que possíveis aos seres humanos, é assim nossa destinação, nossa condição como um animal provido de razão, clama

por essa ascensão existencial. Está aqui a saída da minoridade falada por Kant e a aniquilação da expressão de barbárie de todo nosso ser elaborada por Adorno, abrimos caminho para a ética e uma desenvoltura que combina com o humano, o racional: o plano da ética e da moral. “Mahatma Gandhi... Ele chamou a atenção inúmeras vezes para a relação entre o equilíbrio psicológico e o equilíbrio político, argumentando que o desejo ganancioso, a agressividade e a ansiedade narcisista são forças inimigas da construção de uma nação livre e democrática” (Nussbaum, 2015, p. 29). Assim sendo, se conseguirmos propagar isso a toda sociedade global, tenhamos expectativa, com certeza os rumos da política, e derivada, a qualidade de vida das pessoas – e da democracia – estarão nos rumos certos, atendendo às nossas necessidades. As pessoas precisam aprender a dialogar mais, se compreendendo, se tolerando, se ajustando e fazendo acordos pelo bem comum. A educação e a política são indissociáveis, e fazem parte integral da vida humana.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 6ª ed. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2012.

ABRÃO, B. S. **História da Filosofia**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ADORNO, T. W. A Educação contra a barbárie. In: **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **Educação e emancipação**. In: _____. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: Introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2009.

ARENDT, H. A crise da educação. In: **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2014.

_____. Verdade e Política. In: _____. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2014.

CANTO-SPERBER, M. (Org.). **Dicionário de ética e filosofia moral**. 2. ed. Trad. Ana Maria Ribeiro-Althoff. São Leopoldo, RS: ed. UNISINOS, 2013.

FRANKLIN, K. Platão e a educação das mulheres na república. In: MARTINS, M. F.; PEREIRA, A. dos R (Org.). **Filosofia e Educação**: ensaios sobre autores clássicos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

FRANKLIN, K.; PINHEIRO, C. M. Filosofia e direitos humanos: desafios para o ensino médio. In: HENNING, L. M. P. (Org.). **Pesquisa, ensino e extensão no campo filosófico-educacional**: debate contemporâneo sobre educação filosófica. Londrina: EDUEL, 2010.

GALLO, S.; GUIDO, H.; KOHAN, W. O. Princípios e possibilidades para uma metodologia filosófica do ensino de filosofia: história, temas, problemas. Volume 2. In: CARVALHO, M.; CORNELLI, G. (Orgs.). **Ensinar Filosofia**. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Trad. Francisco C. Fontanella. Piracicaba: editora Unimep, 1999.

_____. Resposta à pergunta: Que é o Esclarecimento? (*Aufklärung*). In: **Textos Seletos**. Trad. Raimundo Vier e Floriano de Sousa Fernandes. 9ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MORAIS, C. W. J. A formação ético-política do professor. In: BATTESTIN, C.; GABRIEL, F. A. (Org.). **Filosofia e Educação**: um diálogo necessário. Rio de Janeiro: editora Multifoco, 2012.

NUSSBAUM, M. C. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2015.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**: Filosofia. 2008.

RAMOS, C. A. **Aprender a filosofar ou aprender a filosofia**: Kant ou Hegel?. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, n.30, v.2, 2007. p. 197-217.